

6. A campanha como instrumento de organização

o PT e as eleições

Margaret E. Keck

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

KECK, ME. *PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. pp. 176-231. A campanha como instrumento de organização: o PT e as eleições. ISBN: 978-85-7982-029-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

6. A CAMPANHA COMO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO: O PT E AS ELEIÇÕES

As eleições, num período de transição, constituem um fenómeno difícil de analisar. Os tipos de dinâmica que elas envolvem diferem bastante dos que caracterizam normalmente a política, mesmo quando o que está em jogo foi definido de modo bastante claro — o que não ocorria no Brasil em 1982.

O'Donnell, Schmitter e Przeworski sugeriram que talvez seja importante para a estabilidade da transição, que partidos moderadamente conservadores vençam as eleições, para convencer a direita de que vale a pena participar de um processo democrático.¹ É possível que exista, na opinião pública, um grau significativo de consciência dos limites, ou seja, da possibilidade de que o processo se interrompa caso os resultados não forem aceitáveis aos detentores autoritários do poder. Ao mesmo tempo, pode haver um imenso senso de possibilidades e as aspirações dos novos atores políticos Podem não estar ancoradas em expectativas “razoáveis”.

A maneira de interpretar os resultados eleitorais no início da transição constitui um problema fundamental. Num artigo sobre o novo sistema partidário na Espanha, por exemplo, Linz atribuía à UCD um poder de permanência maior do que aquele que de fato ela tinha após as primeiras eleições.²

As eleições “fundacionais” são geralmente consideradas importantes pela sua contribuição ao processo de transição de regime. Além de estabelecerem um novo equilíbrio das forças políticas, por mais precário que seja também nos podem dizer muito sobre os atores políticos nelas envolvidos. Embora as eleições brasileiras de 1982 não envolvessem uma transferência de poder das mãos de seus detentores autoritários em nível nacional, dois fatores combinaram-se para torná-las suficientemente diferentes das anteriores a ponto de poder-se atribuir a elas um sentido de

¹ Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter, *Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies*, cit.; e Adam Przeworski, “Democracy as a contingent outcome of conflicts”, texto apresentado no seminário “Issues on Democracy and Democratization: North and South”, Helen Kellogg Institute for International Studies, University of Notre Dame, 14-16 de novembro, 1983.

² Juan Linz, “The new Spanish party system”, em Richard Rose, ed. *Electoral participation: a comparative analysis* (Beverly Hills, Sage, 1980), p. 101-90.

fundação: a escolha direta dos governadores de estado, que ocorria pela primeira vez desde 1965, e a existência de novos partidos políticos.

Embora o regime militar continuasse tentando manter o controle dos resultados por todo o período pré-eleitoral, a campanha de 1982 foi conduzida como se as eleições constituíssem um passo fundamental na democratização brasileira. Para o PT, elas marcaram um momento importante na sua definição; pela primeira vez, elas colocavam como problema a relação entre a construção de um partido eleitoral legal e a construção de um partido cuja principal esfera de atividade ancorava-se nos movimentos sociais. Uma vez que a resposta do partido às eleições de 1982 constituiu um elemento tão crucial na sua evolução inicial, a campanha de 1982 será examinada neste capítulo de maneira muito mais pormenorizada que as eleições subsequentes.

A persistência de fatores autoritários que impunham limitações ao processo eleitoral em 1982 — a manutenção de um acesso limitado aos meios de comunicação de massa, por exemplo, e a mudança das regras eleitorais no meio do caminho — produziu, apesar de tudo, lógicas eleitorais distintas que competiam entre si. Para o PMDB, tratava-se mais uma vez de um caso de confronto entre governo e oposição. Para as agremiações menores, e em especial para o PT, tratava-se de uma disputa horizontal entre partidos, cujo objetivo era demarcar um território eleitoral próprio. A dimensão plebiscitária das eleições foi definida tanto em termos contextuais, pelo fato de que os militares estavam no poder e lá pretendiam permanecer ainda por algum tempo, quanto em termos de interpretação. O elemento interpretativo foi fornecido pelo PMDB, que enfatizava a importância das eleições para a mudança política, representando a si próprio como o Único partido viável de oposição, herdeiro legítimo do MDB; por isso, só ele poderia realizar essa mudança. Apenas o Rio de Janeiro constituiu uma exceção, já que, ali, o governador em exercício era um membro conservador do PMDB, e Brizola e o PDT conseguiram eles próprios vestir a camisa da oposição viável.

Em 1982, o PT adotou posturas contraditórias com relação ao processo eleitoral, afirmando, de início, que concorria para consolidar a organização partidária, já que não se podia esperar que as eleições trouxessem mudanças reais para os trabalhadores, e então, mais tarde, decidiu — especialmente em São Paulo — que concorria para ganhar. O partido oscilou entre um discurso centrado na problemática de classe, representando a si mesmo como o partido dos trabalhadores e o PMDB

como um partido que incluía os patrões, e um discurso mais amplo sobre participação e cidadania. Seu lamentável desempenho em número de votos levou muitos militantes a se concentrarem a tal ponto em atividades não partidárias pelos próximos três anos, que se chegou a colocar em questão a sobrevivência do PT. Nas eleições de 1985 para as prefeituras das capitais, o partido mudou significativamente sua tática, apresentando, sobretudo candidatos de classe média e uma proposta de apelo mais amplo, pelo fato de concentrar-se em questões locais; os resultados foram muito mais satisfatórios.

Embora houvesse importantes razões contextuais para explicar essa diferença, o efeito potencial sobre o PT do seu sucesso eleitoral de 1985 torna interessante considerar essa evolução à luz do dilema eleitoral descrito por Adam Przeworski: se os partidos de base operária permanecem próximos à sua base de apoio na classe trabalhadora, continuando a desempenhar um papel na sua formação política, podem não conquistar majorias em eleições; por outro lado, se eles expandem sua proposta eleitoral de modo a torná-la pluriclassista, correm o risco de se converterem em apenas mais um partido entre outros, perdendo a especificidade de sua relação com a classe trabalhadora e, inclusive, possivelmente, também sua lealdade.³

Este dilema foi colocado muito cedo na evolução do PT, e o modo como ele encarou seus primeiros testes eleitorais deveria permitir-nos compreender um pouco mais sua tentativa de resolvê-lo. Por sua vez, a experiência do PT talvez possa lançar alguma luz sobre as formas específicas assumidas por esse dilema em países que não contam com uma tradição parlamentar fortemente enraizada.

Este capítulo examinará a influência das restrições tanto estruturais quanto políticas que incidiram sobre o desempenho do PT nas eleições de 1982. Além das que resultaram da natureza do processo brasileiro de transição, considerará também as de origem interna, especialmente a atitude equívoca do partido com relação ao processo eleitoral e sua dificuldade em integrar uma visão da **representação** política numa orientação geral para a ação direta por parte dos grupos sociais organizados. Esta dificuldade reflete um debate contínuo e ainda sem solução sobre a natureza do poder

³ Adam Przeworski, *Capitalism and social democracy*, cit., capítulos 1 e 3. O capítulo 1 foi publicado originalmente como Adam Przeworski, “Social democracy as a historical phenomenon”, *New Left Review*, 122, 1980. O capítulo 3 teve co-autoria de John Sprague.

político, por um lado e, por outro, sobre a natureza e o papel do Partido dos Trabalhadores enquanto ator político. O fato de o desempenho eleitoral do PT ter continuado a melhorar depois de 1982 não significa que este debate tenha se resolvido inteiramente, mas, antes, que o partido conseguiu, através de uma sucessão de crises, manter atitudes mutuamente conflitantes, numa espécie de tensão dinâmica.

A campanha como instrumento de organização

A decisão de apresentar candidatos em todos os níveis nas eleições de 1982 foi alimentada pela confiança que o partido conquistou no difícil processo de sua legalização e que se reflete no discurso de Lula na I Convenção Nacional do PT, realizada em 27 de setembro de 1981:

O que esta Convenção Nacional prova a todos os descrentes, a todos os desesperados e a todos os medrosos é que o Partido dos Trabalhadores é e sempre foi inteiramente viável. Vale a pena lembrar de algumas coisas, companheiros. Quando partimos, em junho deste ano, para a formação das nossas Comissões Municipais, os descrentes diziam: “O PT não conseguirá”. Nós conseguimos e formamos 627 em todo o país. Quando partimos, no início deste ano, para a campanha de filiações, os descrentes diziam: “O PT é inviável”. Conseguimos e somos hoje perto de trezentos mil em todo o país. Hoje, ao realizarmos a nossa Convenção Nacional, há quem duvide do próximo passo. Há quem pense que o PT não conseguirá os 5% dos votos exigidos em lei nas eleições de 1982; que o PT não conseguirá os 3% dos votos em nove estados. Nós, petistas, temos certeza de que o voto não será o nosso problema, pois já somos um partido de massas. O grande desafio que temos pela frente é não incorrer nos mesmos erros daqueles que pretenderam falar em nome da classe trabalhadora sem ao menos ouvir o que ela tinha a dizer.

O Partido dos Trabalhadores é uma inovação histórica neste país. É uma inovação na vida política e na história da esquerda brasileira também. É um partido que nasce do impulso dos movimentos de massas, que nasce das greves e das lutas populares em todo o Brasil. É um partido que nasceu da consciência que os trabalhadores conquistaram, após muitas décadas de servirem de massa de manobra dos políticos da burguesia e de terem ouvido cantilenas de pretensos partidos de vanguarda da classe operária. Só os trabalhadores podem

conquistar aquilo a que têm direito. Ninguém nunca nos deu, ninguém nunca nos dará nada de graça.⁴

Entretanto, apesar da confiança expressa no discurso de Lula, as primeiras declarações dos dirigentes do partido sobre os objetivos das eleições geralmente não faziam qualquer referência ao fato de conquistar e utilizar o poder político. Na realidade, muitos líderes do PT afirmavam que o partido não procurava o poder a curto prazo. Portanto, as razões para apresentar seus próprios candidatos nas eleições em todos os níveis resumiam-se em disseminar o programa do partido e incrementar sua organização, além de recrutar e envolver novos membros. É uma questão de especulação saber se o partido acabaria por afrouxar sua oposição às coligações, caso o regime não tivesse mudado as regras em novembro de 1981, de modo a torná-las impossíveis. Mas, uma vez que as únicas alternativas eram fundir-se com outro partido (como ocorreu no caso do PP com relação ao PMDB) ou apresentar candidatos próprios, o PT fez uma escolha inequívoca de manter sua independência.

O contexto eleitoral

A fusão entre o PP e o PMDB transformou um ambiente eleitoral onde havia competição **entre** partidos que compunham um espectro relativamente amplo, em algo que, em grande parte, manteve um sentido de polarização entre “governo” e “oposição”. Esse contexto complicou o desejo do PT de se projetar como uma alternativa de novo tipo. Não só ele ficava de fora da polarização dominante, como também se recusava a aceitá-la como uma definição adequada do leque de alternativas disponíveis. Em uma entrevista de 20 de janeiro de 1982, Lula afirmava ser um sério candidato ao governo de São Paulo e dizia que as divisões essenciais na sociedade brasileira não se davam entre forças a favor e contra o governo, mas entre exploradores e explorados.⁵ Decididos a diferenciar o PT de outros partidos, alguns dirigentes da agremiação sustentavam, com frequência, que essencialmente não havia diferença entre o PMDB e o PDS, já que ambos eram partidos formados por e para as elites políticas, sem participação popular e sem qualquer razão para que dessem atenção às necessidades dos trabalhadores.

⁴ Luís Inácio da Silva, “Discurso pronunciado na I Convenção Nacional do PT”, Brasília, 27 de setembro de 1981. (Edição da Comissão Executiva Nacional do PT, s.d.)

⁵ “Lula pede apoio às oposições”, *Jornal do Brasil*, 21 de janeiro de 1982. 306.

Esta afirmação era difícil de ser entendida pelos trabalhadores e afastava muitos eleitores de classe média, porque ela parecia ignorar a história eleitoral recente do país. Desde 1974, o voto no MDB havia representado um crescente consenso antiautoritário do qual fazia parte a classe trabalhadora. Ao abraçar a liberdade e os direitos democráticos, o crescimento econômico associado à justiça social e à volta ao estado de direito, o MDB cresceu por exigir uma mudança no contexto da política, e não por fazer dos interesses políticos o foco de sua pregação. Para um movimento político antiautoritário, funcionando numa situação incomum que dava lugar a eleições relativamente competitivas, esta foi uma estratégia bem-sucedida. Como demonstraram convincentemente Bolívar Lamounier e outros, a partir de 1974 o MDB transformou as eleições em plebiscitos sobre o regime autoritário.

A identificação das forças políticas através do seu sentimento a favor ou contra o regime continuou muito além da vida dos dois partidos que haviam encarnado esse sentimento. A “oposição” compreendia não só a atividade partidária, mas todo um conjunto de movimentos e campanhas cujas implicações colocavam o regime em questão. Seu denominador comum era a exigência de mudança; enquanto definição puramente negativa, ela podia assimilar diferenças muito pronunciadas. À medida que o MDB se desenvolveu, transformando-se em um movimento de oposição, os trabalhadores, principalmente nos setores industriais avançados, que deveriam constituir o alvo preferencial do PT em termos de eleitores, votaram em massa naquele partido. Nos municípios da região do ABCD, o partido do governo havia deixado de ser uma força significativa bem antes de 1982.

Tabela 6.1 – Evolução do percentual de voto da ARENA em relação aos votos válidos (1966-1978)

Ano	Órgão	ABC	Capital	Interior (sem ABC)	Estado de São Paulo	Brasil
1966	Senado	52,9	58,9	67,7	63,8	56,6
	Câmara dos Deputados	32,6	44,2	60,7	53,5	64,0
	Assembleia Legislativa	37,5	45,0	61,1	54,2	64,1
1970	Senado	40,6	47,5	51,1	49,9	60,4
	Câmara dos Deputados	64,3	70,5	78,0	74,7	69,5
	Assembleia Legislativa	68,2	71,6	77,9	75,2	69,8
1974	Senado	15,6	21,2	31,9	26,8	41,0
	Câmara dos Deputados	24,7	29,3	44,1	37,3	52,0
	Assembleia Legislativa	24,4	28,2	43,2	36,3	52,1
1978	Senado	10,6	12,3	21,8	17,6	43,0
	Câmara dos Deputados	19,4	23,0	41,9	33,1	50,4
	Assembleia Legislativa	20,7	23,4	42,3	33,7	51,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Reproduzida de Maria Tereza R. de Sousa, 1984, “Concentração Industrial...”, p.76.

Enquanto as forças em confronto fossem identificadas como regime autoritário *versus* oposição, seria difícil para o PT convencer grandes massas de pessoas que a dinâmica política havia se transformado. O argumento em favor de uma perspectiva plebiscitária tinha uma força quase irresistível. Muitos elementos essenciais de um governo autoritário ainda continuavam existindo. A abertura continha uma promessa, mas nenhuma garantia de continuidade da liberalização e as especulações sobre o que os militares iriam ou não aceitar constituía um elemento importante no ambiente eleitoral de 1982.

As mudanças das regras eleitorais destinadas a favorecer o partido do governo demonstravam a determinação do regime de manter os resultados eleitorais dentro de limites aceitáveis. O “pacote” de novembro,

promulgado em 25 de novembro de 1981, proibindo coligações eleitorais e estabelecendo que os eleitores deveriam votar em candidatos do mesmo partido em todos os níveis, destinava-se a favorecer o partido com a rede mais extensa de organizações locais: o PDS. O mesmo raciocínio estava por trás de uma mudança de última hora na forma de preenchimento da cédula: substituiu-se a maneira tradicional de votar, apondo-se uma marca ao nome do candidato, pela obrigação de escrever por extenso o nome do candidato a cada cargo.

Entretanto, as primeiras eleições para o governo dos estados a se realizarem em dezessete anos puseram em jogo outros elementos que apontavam para a necessidade de se ultrapassar um puro consenso antirregime. A possibilidade de conquistar o poder executivo nos estados, apesar dos limites impostos pela permanência da centralização dos processos decisórios ao nível do executivo federal, introduziu pelo menos em princípio a necessidade de definições mais claras das opções relativas às prioridades políticas. A existência de mais de um partido no interior da “oposição” implicava que cada um deles tinha de desenvolver sua própria identidade.

No contexto plebiscitário, a afirmação de Lula, em maio de 1982, de que o principal **adversário** do PT nas eleições era o PMDB (embora o principal **inimigo** continuasse a ser o PDS) teve o efeito de uma bomba, alimentando as acusações do PMDB de que o PT fazia o papel de um aproveitador. Realmente, no que se refere a competição pelos votos, Lula estava apenas afirmando o óbvio, ou seja, que se não fossem para o PT, os votos pelos quais o partido competia iriam para o PMDB (a exceção dos casos do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, onde o PDT de Brizola era também um adversário importante). O fato de essa afirmação ter sido tão amplamente acusada de divisionista e destrutiva é uma indicação da força da polarização entre a oposição e o regime autoritário. Na verdade, a campanha do “voto útil” do PMDB, com sua mensagem de que um voto de oposição para outro partido era, no melhor dos casos, um voto perdido e, no pior, um voto para o partido do governo, reforçou a polarização, tendo bastante êxito em convencer os simpatizantes de outros partidos, inclusive e talvez especialmente os do PT, de que, pelo menos nessa eleição, havia realmente apenas duas escolhas.

Para entendermos por que o conjunto dos partidos que entraram em vigor antes de 1982 deve ser considerado como parte de um contexto de transição, e não como um novo e acabado sistema partidário, devemos levar em conta o fato de a maioria dos brasileiros continuar definindo o ambiente

eleitoral como uma situação plebiscitária, mesmo depois da Reforma Partidária de 1979. As distinções políticas de um sistema partidário foram sobrepostas à percepção dominante da “oposição” como um **movimento** político antiautoritário, no qual ainda estavam em questão mais a forma do regime e as regras do jogo que a competição pelo poder no interior do sistema. Embora sejam flagrantes as distinções entre a criação de novos partidos no Brasil, em 1980-81, e a formação dos partidos, sobretudo europeus, que a obra de Sartori discute, ela é útil para se considerar as relações fundamentais que aí se acham envolvidas — tanto as que ocorrem entre os partidos políticos quanto as que se dão entre os partidos políticos e o Estado.

A discussão de Sartori sobre Burke é ilustrativa nesse contexto. Burke colocava os partidos no reino do governo, considerando que a divisão relevante posta em jogo por eles dava-se mais entre soberanos do que entre súdito e soberano.⁶ Um sistema cujo ambiente predominante é plebiscitário aproxima-se muito mais desta última definição. A capacidade de o regime continuar mudando as regras do jogo com relação à competição partidária, como ocorreu em novembro de 1981, e novamente poucos meses antes das eleições, significava que a relação entre os partidos certamente não aparecia como uma relação entre soberanos. A centralização do poder no Executivo federal, que em princípio não deveria ser afetada pelas disputas eleitorais de 1982, impunha limites ao que se colocava em jogo nas eleições. O fato de os governadores eleitos do PMDB continuarem a ser chamados após as eleições de “governadores de oposição” ilustra bem esse ponto. A principal relação que um partido político era chamado a definir era ainda a que o situava frente ao **governo**, e não sua capacidade de governar em relação à de outros partidos. Tratava-se, sobretudo de uma definição vertical, que apenas secundariamente era horizontal. Num ambiente onde as regras do jogo estão em questão, os partidos competem não enquanto **partes**, expressando um direito reconhecido à diversidade e a discordância na ordem política; para ser relevante, um partido deve, ao contrário, reclamar que é a encarnação do todo, o representante legítimo dos interesses e das aspirações da nação.

Sartori estabeleceu uma distinção entre um **sistema partidário**, que exige um ambiente pluralista, com autonomia dos subsistemas, e um sistema **partidário-estatal**, que, não concedendo autonomia aos

⁶ Giovanni Sartori, *Parties and party systems: a framework for analysis*, cit., p. 10.

subsistemas, “não é, portanto, um sistema de partidos cujas propriedades sistêmicas resultem da interação dos partidos (no plural) entre si”;⁷ essa distinção é importante para se entender o caso brasileiro. Para o movimento ao longo do *continuum* que vai de um sistema “partidário-estatal” hegemônico a um “sistema partidário” pluralista, salienta Sartori, “quaisquer que sejam as intenções, há um ponto além do qual nos defrontamos com mecanismos alternativos, baseados em princípios de funcionamento opostos”.⁸

Sustentar que a configuração dos partidos estabelecida em 1980-81 não constituía um sistema partidário não significa de forma alguma diminuir a relevância de qualquer dos partidos envolvidos ou das próprias eleições. A importância das relações verticais para os partidos brasileiros foi característica do sistema vigente entre 1945-64, bem como daquele estabelecido pelo regime militar; os partidos políticos brasileiros sempre foram em grande parte “partidos do Estado”.⁹ Ao contrário, essa afirmação pretende esclarecer a posição anômala do Partido dos Trabalhadores no interior dessa configuração. Embora para outros partidos nessa disputa eleitoral a dimensão partidário-estatal permanecesse como a mais importante, o PT conduziu sua campanha como se estivesse participando de um **sistema partidário**, onde as diferenças fossem afirmadas entre partidos que representassem diferentes “partes” do todo sociopolítico, mais em termos horizontais que verticais.

Uma exceção significativa a esta caracterização do ambiente eleitoral é o caso do Rio Grande do Sul, onde o PMDB e o PDT, que contavam ambos com importantes bases de apoio no estado, competiram entre si, tanto quanto contra o PDS. A importância histórica de Brizola no Rio Grande do Sul era suficiente para produzir uma fratura na pretensão do PMDB ao título de oposição legítima. O fato de essa disputa ter sido percebida pelas elites da “oposição” em outros estados como extremamente

⁷ Idem, *ibidem*, p. 282.

⁸ Idem, *ibidem*, p. 281.

⁹ Scott Mainwaring usa a noção de “partidos do Estado” para “referir-se a partidos que, em grau considerável, são criados pelo aparato estatal, são controlados pelo Estado, e cuja existência continuada depende do uso de recursos estatais para garantir o apoio da sociedade civil. Os partidos do Estado têm vínculos com a sociedade civil, mas estes tendem a ser construídos através de mecanismos clientelistas, e não através da representação de grupos organizados”. Scott Mainwaring, “Brazilian party underdevelopment in comparative perspective” (*Working Paper* n° 134, Notre Dame, Helen Kellogg Institute for International Studies, janeiro de 1990), p. 6-7, fn 9, p. 31.

destrutiva é bastante significativo, pois eles viram na vitória do PDS no estado uma lição objetiva a ser tirada dos perigos de se “dividir a oposição”. O caso do Rio de Janeiro, onde Brizola ganhou o governo do estado como candidato do PDT, constitui um exemplo menos claro de competição entre partidos de oposição, já que o detentor anterior do cargo era do MDB.

A organização e os objetivos da campanha

Uma Plataforma Eleitoral e a Carta Eleitoral que estabeleceu os objetivos gerais do PT nas eleições de 1982 foram aprovadas na pré-convenção nacional que teve lugar em São Paulo, em 27-28 de março de 1982, contando com mais de quatrocentos delegados escolhidos em convenções municipais e estaduais realizadas anteriormente. Um dia antes da convenção nacional, um esboço preliminar tanto da Carta quanto da Plataforma foi debatido num encontro do Diretório Nacional, que tinha por tarefa conciliar as várias versões preparadas nos encontros estaduais, produzindo uma proposta de compromisso.

A Carta Eleitoral expressava os objetivos do PT na campanha de 1982 nos seguintes termos:

1. Levar o programa do PT aos trabalhadores, usando a campanha eleitoral para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e a consciência política do povo, tarefas estas que servirão para ampliar a consolidação do PT.
2. Constituir-se na expressão partidária que aglutine os trabalhadores numa proposta que represente, na luta contra a ditadura, os interesses e as reivindicações do movimento operário e popular. Além disso, visa a fortalecer uma alternativa política diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores.
3. Participar da campanha eleitoral lado a lado com as organizações operárias e populares (sindicatos, UNE, associações de moradores etc.) e para isso assumir todas as reivindicações hoje postas pelas massas em luta.
4. Impor uma derrota eleitoral à ditadura e às forças que a apoiam direta ou indiretamente. Denunciar durante a campanha as regras

eleitorais da ditadura, como, por exemplo, a série de pacotes do governo.¹⁰

O partido pretendia cumprir o requisito legal de conquistar 5% dos votos para a Câmara federal dos Deputados e, em nove estados, 3% da votação de cada um deles.¹¹ Esperava ganhar um número significativo de cadeiras no Congresso e controlar alguns governos municipais; além disso, pretendia usar a campanha eleitoral como um período para fortalecer sua organização, aumentar a filiação e a nucleação e organizar o partido no interior.¹²

Apesar dessa clara colocação de seus objetivos, a atitude algo equívoca do partido com relação ao processo eleitoral também era visível na Carta. Por um lado, o documento afirma que “o PT sairá às ruas para ganhar”. Por outro lado, pretende que

As eleições [representem], portanto, apenas um episódio, um momento definido de nossa atividade política permanente, em busca do objetivo final que é construir uma sociedade socialista, sem explorados e exploradores. *Nossa participação no processo eleitoral não pode servir, portanto, para desviar o partido de seus objetivos programáticos.*¹³ (Grifo da autora)

A intenção de fazer campanha para ganhar e a afirmação de que as eleições eram apenas um aspecto da atividade partidária não eram em si mesmas contraditórias. Não obstante, o medo de que a campanha fizesse o partido desviar-se de seus objetivos a longo prazo demonstra que as eleições ainda eram vistas com alguma suspeita — não só como um aspecto **particular** da atividade partidária, mas também como algo potencialmente perigoso. A **relação** entre os objetivos eleitorais (uma representação partidária forte em cargos eletivos etc.) e os objetivos finais (socialismo, ou uma sociedade sem explorados ou exploradores) continuava indefinida.

Essa incerteza também se reflete no documento que trata da questão “As Eleições e o Poder”:

A conquista de espaços no Executivo e no Legislativo dos diferentes níveis só pode concorrer para a mudança da estrutura de poder se os

trabalhadores forem capazes de sustentar uma correta articulação entre as lutas travadas no interior desses organismos com as lutas fundamentais que se desenrolam fora deles. A participação do PT nas eleições não nos deve levar a confundir a conquista de executivos estaduais e municipais como sendo a conquista do poder. Mas eles devem servir como alavanca na organização e mobilização dos trabalhadores na perspectiva da construção do poder popular.¹⁴

A discussão sobre o *locus* e a natureza do poder ocupou direta ou indiretamente uma parte substancial do debate sobre os documentos eleitorais, tanto no encontro do Diretório Nacional quanto na pré-convenção, mas sem produzir resultados conclusivos.

Os delegados reconheciam que a referência ao poder popular era vaga e que o partido deveria relacionar mais claramente sua discussão do poder à questão da organização dos trabalhadores e do partido, à base de classe do poder e outros tópicos semelhantes, mas não surgiu nenhuma formulação consensual que conseguisse realizar essa junção. Questões semelhantes também estavam subjacentes à discussão de saber se a plataforma eleitoral deveria ser considerada como um plano de governo ou como um instrumento de propaganda, num sentido mais imediato. A maioria dos delegados via-a, nesta última acepção, como um esboço em linhas gerais dos principais pontos de mobilização para uma campanha que pretendia construir um movimento político, fornecendo um instrumento para a participação popular.

Além de discutir os objetivos da campanha, a Carta Eleitoral especificava como os candidatos deveriam ser escolhidos (“em encontros democráticos municipais, distritais e estaduais, garantindo participação ampla dos núcleos nas indicações”) e os critérios para a sua escolha (participação nos movimentos dos trabalhadores em diferentes níveis, expressão social em suas áreas e participação na construção do PT). Afirmava-se também que, para tornar a chapa eleitoralmente viável, o partido deveria apresentar o maior número possível de candidatos e, de preferência, preencher o total autorizado por lei.

A campanha deveria ser coordenada pelos Comitês Eleitorais Unificados organizados em nível municipal, estadual e nacional. O trabalho deles consistia em distribuir recursos, envolver os membros e os simpatizantes do partido na campanha e tentar dar-lhe um conteúdo

¹⁰ Partido dos Trabalhadores, “Carta eleitoral”, em “Carta eleitoral traz estratégia e tática”, *Jornal dos Trabalhadores*, 1ª quinzena de abril, de 1982, suplemento especial, p. 3.

¹¹ *Ibidem*.

¹² *Ibidem*.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ *Ibidem*.

coerente. O partido também deveria criar um fundo eleitoral comum, para tentar igualar a situação financeira dos diferentes candidatos aos cargos eletivos.

A Carta tratava também da relação entre os candidatos eleitos e o PT, a responsabilidade dos detentores de cargos perante o partido e seu dever de prestar-lhe conta de suas ações, bem como de consultá-lo ao planejar atividades, apresentar projetos de lei e contratar pessoal, tornando também obrigatória, para os parlamentares em nível federal e estadual e para outros detentores de cargos executivos, a contribuição de 40% de seu salário para o partido. (Outros partidos brasileiros recolhem cerca de 3% dos salários de seus representantes.)

Os dirigentes eleitos eram, assim, vistos mais como servidores do partido do que como seus líderes. Isto não era incomum: os partidos de esquerda na Europa, como também no Chile, tiveram algumas vezes uma política semelhante quanto à relação entre a organização partidária e os parlamentares, frequentemente gerando conflitos entre dirigentes do partido e detentores de cargos. O Partido Trabalhista britânico discutiu por muitos anos esta questão e finalmente resolveu, nos anos 70, o problema da autoridade perante a qual os detentores de cargos deveriam responder por seus atos: todos eles, mesmo os que ocupavam posições assim chamadas “seguras”, tinham de sujeitar-se a uma nova escolha pela organização partidária local a cada eleição. Esta atitude tem afinidade com a recusa do PT em aceitar a ideia do “candidato nato” — uma prática tradicional entre os partidos brasileiros, garantindo que qualquer legislador no exercício do cargo tem o direito a um lugar na lista do partido para a próxima eleição.

A escolha dos candidatos

Embora a liderança partidária incentivasse os órgãos estaduais e locais a indicar quantos candidatos a lei permitisse, na maior parte do país as chapas foram muito menores do que poderiam ser. O Comitê Eleitoral chegou mesmo a convocar um segundo turno de indicações para ampliar a lista do partido, com pouco êxito. Francisco Weffort, que presidiu o Comitê Eleitoral Unificado, atribuiu esta situação ao insuficiente entendimento do processo eleitoral e ao fato de a liderança do PT não ter conseguido preparar as organizações partidárias para o processo de indicação. Às vezes os grupos organizados ou os candidatos individualmente tentavam limitar o tamanho das chapas, com a ilusão de que isto lhes garantiria um

determinado território eleitoral. Em outros casos, as organizações locais do partido preocupavam-se com o fato de uma lista muito longa poder produzir uma competição excessiva entre os próprios candidatos do PT. Entretanto, em eleições proporcionais com uma lista aberta, mesmo para eleger um único candidato, é necessário pôr em marcha toda uma máquina eleitoral. A incapacidade de compreender esse fato produziu resultados previsíveis. No Maranhão, por exemplo, onde o partido local decidiu que tinha a possibilidade de eleger só um deputado federal, resolvendo, assim, apresentar só uma pequena lista de candidatos, nem mesmo esse um foi eleito. No Piauí, por razões análogas, o partido só apresentou dois candidatos a deputado federal e não elegeu nenhum. Outra explicação frequentemente invocada para o pequeno tamanho das chapas do partido foi a ausência de candidatos com recursos para montar campanhas. Weffort descartou essa explicação, já que a falta de dinheiro e/ou tempo constituía igualmente um problema para a maioria dos que **foram** indicados. Na sua análise, tratou-se antes de uma incapacidade de compreender que as eleições não eram apenas um requisito legal, mas também um modo importante de ligar o partido às lutas populares.

Um fenômeno semelhante ocorreu com as indicações do partido para o governo dos estados. Em muitos deles reconhecendo que suas chances nessas eleições eram nulas, o PT apresentou seus candidatos mais fortes para disputar as vagas de deputado estadual e federal e os mais fracos para o governo estadual. Conseqüentemente, o partido ficou sem candidatos capazes de dar uma imagem unificadora à campanha estadual como um todo. Onde isto ocorreu, a campanha foi prejudicada em todos os níveis. Houve notáveis exceções; em São Paulo, por exemplo, Lula foi o candidato a governador. O mesmo tipo de problema surgiu com as indicações para as prefeituras. Um bom exemplo ocorreu em Osasco, SP, onde os dois líderes locais, ambos muito conhecidos (José Ibrahim e José Pedro da Silva), decidiram apresentar-se como candidatos a deputado federal. Devido a divisões internas, o partido concorreu com dois candidatos bastante fracos para a prefeitura, usando o instrumento da sublegenda. Isto enfraqueceu as chances eleitorais de ambos em Osasco, que era um reduto tradicional de militância operária. Só um membro do PT foi eleito vereador e nem Zé Ibrahim nem Zé Pedro conseguiram eleger-se a deputado federal.¹⁵

¹⁵ Entrevista com Francisco Weffort, São Paulo, 5 de janeiro de 1983.

Apesar dessas limitações, o PT apresentou um amplo leque de candidatos nas eleições de 1982. Os resultados de uma pesquisa sobre os candidatos a deputado federal e estadual feita pela revista *Isto é*¹⁶ demonstraram que, se parte da intenção do PT na campanha eleitoral era apresentar candidatos de diversas origens sociais e introduzir novas caras e novas forças na política, o partido teve algum êxito. Seus candidatos eram geralmente mais novos que os de outros partidos, mais mulheres foram apresentadas como candidatas a deputado federal e seus candidatos eram distribuídos de maneira mais ampla entre os diferentes setores profissionais. Embora os candidatos do PT estivessem de alguma forma, distribuídos mais equitativamente com relação ao nível educacional que os dos outros partidos, 59,7% dos que concorreram a deputado estadual e 66,8010 a deputado federal tinham frequentado uma universidade. Os candidatos do partido provinham em maior número das profissões liberais que de outras categorias profissionais. Uma diferença notável entre os candidatos do PT e os outros era sua inexperiência política: somente 12,1% dos candidatos a deputado federal e 8,04% a deputado estadual haviam ocupado anteriormente um cargo eletivo; esses números eram bem menores que nos outros partidos. No PMDB, por exemplo, 62,5% dos candidatos a deputado federal e 49,0% dos candidatos a deputado estadual já haviam ocupado antes um cargo eletivo.

A coordenação da campanha

Visando coordenar a campanha do PT em nível nacional, criou-se, num encontro da Comissão Executiva Nacional, em maio de 1982,¹⁷ um Comitê Eleitoral Nacional Unificado para monitorar o funcionamento de comitês eleitorais unificados em cada estado. Dele fizeram parte Francisco Weffort, Hélio Doyle e Apolônio de Carvalho. O Comitê Eleitoral devia prestar contas à Executiva Nacional e era responsável por garantir a implementação da Carta Eleitoral, da Plataforma Nacional e das resoluções do partido sobre a campanha. Também se responsabilizaria pelo material da

¹⁶ Cerca de 4.000 questionários foram enviados a candidatos dos estados do Ceará, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo; o índice de retorno foi de 12,5%, concentrado em Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Ver “Perfil do candidato”, *Isto é*, 17 de novembro de 1982, p. 46-8. Dados mais detalhados desta pesquisa estão reproduzidos em Margaret Keck, “From movement to politics...”, cit., p. 331-4.

¹⁷ Partido dos Trabalhadores, Secretaria Geral, “Circular 9/82”, 29-30 de maio de 1982.

campanha, bem como por sua organização, suas finanças e pela filiação partidária durante o seu transcurso.

O Comitê Nacional deveria garantir que se formassem em cada estado e município comitês eleitorais unificados, integrados por membros do partido que não fossem candidatos nas eleições proporcionais (para deputado estadual e federal e para vereador). Os candidatos às eleições majoritárias (para governador, senador e prefeito) podiam ser membros dos comitês, mas não seus coordenadores. Os comitês estaduais, formados pelas comissões executivas estaduais, deviam apresentar um relatório detalhado sobre a situação eleitoral do partido no estado até 20 de junho.

Para os dias 3 e 4 de julho, foi convocada uma reunião em Brasília de todos os candidatos aos governos estaduais e ao senado, juntamente com os coordenadores dos comitês eleitorais. Embora as despesas de alimentação, alojamento e transporte local para essa reunião devessem ser pagas pela organização nacional, os custos para levar os participantes até lá deviam correr por conta de cada diretório regional.¹⁸ O fato de só treze dos vinte e um candidatos a governador conseguirem levantar o dinheiro para participar da reunião era um mau sinal quanto à capacidade do partido de financiar uma campanha.¹⁹

As discussões na reunião de Brasília trouxeram à luz uma série de problemas que iriam atormentar o partido por toda a campanha. Várias organizações estaduais eram muito fracas, faltando-lhes fundos, acesso aos meios de comunicação de massa e auxílio jurídico para interpretar as leis eleitorais. Em vários estados, os dirigentes queriam que Lula, como presidente do partido, se engajasse na campanha em nível nacional, e não só em São Paulo, onde concorria ao governo estadual. As exigências contraditórias desses dois papéis colocaram sérias dificuldades para Lula e para o Comitê Eleitoral Nacional durante toda a campanha. Apesar disso, os dirigentes do partido continuavam otimistas com relação à utilização da campanha para consolidar a organização partidária. Outro tema importante do debate foi como tratar o PMDB durante a campanha; decidiu-se que não se deveria tratá-lo como uma “vacina sagrada”, mas criticá-lo enquanto partido liberal-burguês (por mais que os candidatos do PMDB pudessem individualmente assumir posições mais “genuinamente oposicionistas”). A

¹⁸ Partido dos Trabalhadores, Comissão Executiva Nacional, “Circular Especial, anexo 9/82”, 2 de julho de 1982.

¹⁹ “O PT distribui a sua renda”, *Isto é*, 14 de julho de 1982, p. 19.

campanha do “voto útil” do PMDB implicava que o PT estragava o jogo da oposição, auxiliando objetivamente o regime; o PT tinha que demonstrar sua viabilidade, não apenas como “um partido do futuro”, mas como um partido que tinha o direito de concorrer **naquelas** eleições. Assim, era necessário fazer uma distinção clara entre os dois partidos, mostrando que as raízes do PT nas lutas operárias e populares faziam dele uma alternativa genuína.

Em resumo, várias conclusões foram tiradas da reunião de planejamento de julho. Em primeiro lugar, o PT estava fazendo campanha para ganhar, mesmo que as eleições não fossem inteiramente livres. Em segundo, o oponente era o regime militar e as forças políticas que o mantinham através de práticas clientelísticas e conciliatórias, tráfico de influência, abuso de poder econômico etc. Os que exploravam e oprimiam a classe trabalhadora podiam ser encontrados em mais de um partido. Centrando sua campanha em torno das questões Terra, Trabalho e Liberdade, o PT reuniria e reforçaria aqueles grupos que nunca tinham tido a possibilidade de agir ou falar por si mesmos, fazendo das vitórias do partido não só as vitórias dos eleitos, mas dos movimentos populares.²⁰

A tentativa de unificar a campanha eleitoral do partido fracassou em quase toda parte fora de São Paulo e, em menor grau, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. A razão disso era em parte financeira: o Comitê Nacional quase não contava com recursos para dividi-los entre os estados, e a maioria dos comitês estaduais não estava em situação melhor. Parte do problema era também de ordem política. Segundo Weffort, a discussão inicial dos comitês tinha ocorrido como se eles deveriam ser os organismos políticos capazes de unificar a campanha em todos os seus aspectos — político, de propaganda e de organização —, funcionando como uma espécie de centro de comando político e eleitoral para todos os candidatos em igualdade de condições. Isto era claramente irrealista e, alegava Weffort, seu espírito idealista servia como uma espécie de camuflagem ideológica para um comportamento eleitoreiro desenfreado, na maior parte das vezes. Em alguns estados, os comitês não tinham fundos simplesmente porque os candidatos, que tinham unanimemente concordado em contribuir

²⁰ Partido dos Trabalhadores, Comissão Executiva Nacional, “Informe sobre a reunião dos candidatos majoritários e recomendações da Comissão Eleitoral Unificada Nacional às Comissões Eleitorais Unificadas Estaduais”, Brasília, 3-4 de julho de 1982.

com um percentual dos fundos levantados em suas campanhas para um fundo comum, não o fizeram.²¹

No final de agosto de 1982, o Comitê Eleitoral Nacional lançou linhas gerais de orientação para a campanha. Os comitês eleitorais coordenariam três áreas: finanças, material de campanha e organização. Deveriam centralizar as finanças com base na porcentagem dos fundos levantados e repassados por cada candidato aos comitês, estimular atividades para levantar verbas e usar o fundo comum para garantir a igualdade de recursos para aqueles candidatos cujos rendimentos pessoais eram menores. Deveriam garantir que o material de campanha de todos os candidatos incluísse os nomes dos candidatos aos cargos majoritários. E deveriam planejar e manter o calendário das aparições públicas dos candidatos, acertar caravanas por todo o estado, organizar comícios, encontros e debates e, de modo geral, tentar estimular atividades criativas de campanha.

O Comitê Nacional preocupava-se pelo fato de a maioria dos comitês eleitorais regionais e locais não estar se concentrando nessas tarefas específicas. Em alguns casos, eles estavam tomando a direção de praticamente todas as atividades do partido; em outros, os fundos destinados à campanha estavam sendo usados para socorrer diretórios em dificuldades, porque a infraestrutura local estava em mau estado. Em outras áreas, os comitês eleitorais praticamente não existiam.

As linhas gerais de orientação salientavam a importância de se utilizar qualquer espaço disponível nos meios de comunicação de massa, especialmente na televisão e no rádio, antes de 15 de setembro, quando entravam em vigor as restrições da Lei Falcão. Incentivavam os candidatos a participarem de debates, delineando as propostas do PT e discutindo quais os tipos de políticas públicas que eram necessárias e possíveis para os governos estaduais e municipais. Embora os candidatos não deveriam evitar entrar em conflito com outros partidos ou criticá-los, era-lhes aconselhado que enfatizassem o lado positivo da posição do PT no processo de crítica aos outros. Ainda que o voto da classe trabalhadora fosse considerado central, as linhas gerais de orientação sugeriam que se poderia atingir a classe média através da discussão da alta do custo de vida, do fim da estabilidade no emprego, das condições da vida urbana, das restrições aos direitos de cidadania e o papel das empresas multinacionais na economia.

²¹ Entrevista com Francisco Weffort, São Paulo, 5 de janeiro de 1983.

Elas também apontavam para a importância do voto dos jovens: mais de 50010 do eleitorado estaria votando para governador pela primeira vez.²²

A campanha de 1982 em São Paulo

A campanha do PT em São Paulo foi lançada num comício animado, realizado em 21 de abril de 1982, no bairro operário de Santo Amaro, capital, com cerca de 15.000 pessoas presentes. Seu tamanho surpreendeu até mesmo os organizadores do evento, sobretudo porque, ao mesmo tempo, um importante jogo de futebol (Flamengo X Grêmio) estava sendo transmitido ao vivo pela televisão. O estado de ânimo era festivo; no palanque músicos conhecidos juntavam-se aos candidatos do partido. Um sentimento palpável de expectativa percorria a multidão, uma percepção de que algo novo estava começando.²³

A tentativa de unificar a campanha eleitoral teve algum êxito no estado de São Paulo. As campanhas dos candidatos majoritários (Lula para governador, Jacó Bittar para o Senado e os vários prefeitos) destinavam-se a dar visibilidade aos candidatos das eleições proporcionais (para deputados estaduais e federais e vereadores municipais). Em termos práticos, esse era um processo complicado. As caravanas do partido que saíam da capital para o interior do estado, envolvendo até oito comícios em um único dia, tinham de ser cronometradas com cuidado para alcançar os eventos planejados em cada município. Para os candidatos locais, essas caravanas ofereciam suas únicas oportunidades de aparecerem no palanque ao lado de Lula, que continuava sendo a maior atração para os eventos do PT.

O comitê regional tinha de decidir quem apareceria com Lula nos comícios em cada município. Era difícil conciliar as reivindicações dos vários candidatos; um deles poderia ter vindo da região, outro poderia manter vínculos com a área através de movimentos ou outras atividades, e outro ainda poderia não ter ligação com ela, mas precisar de maior visibilidade no interior do estado. Alguns poucos candidatos foram, sem

²² Partido dos Trabalhadores, Comissão Eleitoral Unificada Nacional, “Circular 02/82”, Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1982.

²³ “PT abre sua campanha em São Paulo”, *Folha de S. Paulo*, 21 de abril de 1982; “Uma festa na praça”, *Isto é*, 28 de abril de 1982, p. 26-7; “O bicho-papão existe?”, *Senhor*, 5 de maio de 1982, p. 14-6.

dúvida, mais expostos nessas caravanas que a maioria dos outros, em parte por causa de suas ligações pessoais mais próximas com Lula.²⁴

Além de organizar as caravanas para o interior o Comitê Eleitoral Unificado em São Paulo produziu parte do material de campanha para o partido como um todo no estado. Esse material era distribuído aos diretórios municipais, que deveriam então repassá-lo aos candidatos para uso individual, beneficiando, assim, pelo menos potencialmente, todos eles. O comitê eleitoral estadual também produziu material para dois tipos específicos de candidatos: sindicalistas que concorriam para o legislativo federal ou estadual e candidatos com sérias dificuldades em termos financeiros. O comitê também socorreu os candidatos negociando descontos de preços em várias gráficas, tornando mais barata a produção do material para cada um deles individualmente.

O comitê estadual pouco podia fazer para coordenar as campanhas dos candidatos a deputado estadual e federal, além de agendar sua participação em caravanas com os candidatos majoritários e fornecer-lhes uma ajuda mínima com o material de campanha. Assim, em sua maioria, eles tiveram de depender de sua própria iniciativa, e quase todos formaram seus próprios comitês de campanha. Alguns candidatos deram provas de uma grande dose de iniciativa, outros não. Os que já haviam concorrido a eleições ou participado de campanhas estavam numa situação vantajosa, assim como os que se vinculavam estreitamente a um eleitorado determinado que se dispunha a trabalhar duro na campanha. Os que não eram conhecidos numa área urbana de maior importância ou por um público particular tinham pouca oportunidade de se expandir além de um pequeno grupo durante a campanha.

Os temas da campanha do PT

A campanha do partido teve dois temas principais: o acesso ao poder e a maioria da classe trabalhadora. Embora complementar sob diversos aspectos, os dois temas diferiam fundamentalmente no tipo de discurso que produziam, o que suscitou expectativas e imagens contraditórias com relação ao partido. Ao longo da campanha, embora os dois continuassem a

²⁴ Esta observação se baseia nas minhas próprias impressões a partir de discussões com membros do partido e da minha observação pessoal da campanha, e não de um exame sistemático da composição das caravanas do partido. Sem esta última, é difícil fazer uma avaliação conclusiva sobre as acusações de favoritismo que inevitavelmente surgiram.

coexistir como princípios básicos, o segundo passou gradualmente a predominar sobre o primeiro. Como, exatamente, eram apresentados esses dois princípios organizadores e como as contradições se fizeram sentir?

O tema do acesso ao poder foi tratado no discurso partidário nas discussões sobre o que é política, quem dela participa, em que consiste a participação política e o que constitui o poder. Um exemplo característico desse discurso foi um cartum produzido pelo conhecido desenhista Henfil (Henrique Souza Filho),²⁵ membro do PT, sob a forma de uma conjugação do verbo poder. Jogando com o duplo sentido da palavra, enquanto verbo e substantivo, Henfil mostrava, sob o título de “Poder”, personagens desenhadas em linhas simples dizendo “eu posso”, “você pode”, “ele pode”, “ela pode” e assim por diante. Este e outros desenhos semelhantes produzidos por Henfil foram reproduzidos em camisetas que se tornaram muito populares durante a campanha.

O núcleo do argumento sobre política e participação consistia em mostrar que a política não era apenas uma atividade de elite exercida no Congresso e nos órgãos do Estado, mas, ao contrário, envolvia todo tipo de lutas populares em torno das condições de vida e de trabalho. A participação nessas lutas era política, e o conhecimento específico exigido por essa atividade era, assim, o conhecimento da sua própria situação e a da comunidade, mais que o de ser membro da elite política. A falta de um diploma universitário não impedia a participação política, dizia-se aos que apoiavam o PT; seus diplomas vinham da sua experiência de vida, das lutas nas fábricas, nos bairros e nas favelas. O discurso sobre a participação refletia o compromisso geral do PT com o fortalecimento das organizações populares. O enfoque do partido com relação ao poder envolvia a acumulação de forças nas bases e a luta pelo controle das decisões imediatas que afetavam a vida de cada um. Era um discurso muito próximo daquele da Igreja popular.

O discurso sobre a “maioria da classe trabalhadora”, embora relacionado com o tema do acesso ao poder, através da ênfase dada aos direitos dos cidadãos e a necessidade de os trabalhadores falarem com voz própria na vida política, dele se distinguia por sua atenção mais direta à

²⁵ Henfil ficou conhecido tanto pelos seus cartuns como por suas colunas na revista *Isto é*, que tinham a forma de cartas à sua mãe. Era hemofílico, e sua morte por Aids, no final dos anos 80, representou o desaparecimento de uma das mais queridas figuras culturais da oposição brasileira.

questão das relações de poder na sociedade como um todo. O *slogan* eleitoral “Trabalhador vota em trabalhador” expressava a unidade dos dois temas; outra palavra de ordem do partido em São Paulo, contudo — “Vote no 3 — o resto é burguês” --, expressava sua diferença. O discurso do acesso ao poder fundava-se essencialmente no conceito de cidadania, enquanto o discurso da maioria da classe trabalhadora tinha como sua referência básica o conceito de classe.

A representação que o PT se fazia da maioria da classe trabalhadora era essencialmente tradicional: nela, a sociedade se dividia entre os que controlavam o produto de seu trabalho e os que não podiam fazê-lo. Os “trabalhadores” eram definidos, de modo amplo, como assalariados. No processo de suas lutas, os trabalhadores tornar-se-iam mais conscientes, tanto de sua exploração quanto de sua força, unindo-se para transformar a sociedade. Para os líderes do PT, o ponto de referência para esse processo de conscientização era a experiência dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo. Como outros apontaram, essa era, sob vários aspectos, uma experiência única. O sucesso da organização dos metalúrgicos deu aos dirigentes do PT uma imagem de solidariedade e homogeneidade de classe que provavelmente não correspondia à percepção que a maioria dos assalariados brasileiros tinha de sua própria situação.

A noção de uma maioria da classe trabalhadora pode ser vista tanto de um ponto de vista descritivo (como uma caracterização de uma situação efetivamente existente) quanto prospectivo (como parte de um processo de formação política de classe).²⁶ Nesse último sentido, ela está intimamente ligada ao discurso sobre a participação. As expectativas por ela geradas são de longo prazo e a imagem do partido, que é o portador desse discurso, sobre a formação de classe é a de um partido em formação, juntamente com a classe. No primeiro sentido — como uma caracterização descritiva — geram-se expectativas de sucesso a curto prazo, e a imagem do partido é ou a de um representante da classe ou a expressão de uma concepção mais vanguardista, na qual ele aparece como portador da verdadeira consciência e intérprete dos interesses reais da classe trabalhadora brasileira.

Durante a campanha de 1982 do PT em São Paulo, houve um deslocamento gradual, em grande parte não reconhecido, mas seguramente marcado, nas discussões da campanha, que passaram de uma concepção

²⁶ Sobre a formação política das classes, ver Adam Przeworski, *Capitalism and social democracy*, cit., capítulo 2.

essencialmente prospectiva a outra essencialmente descritiva da noção de maioria da classe trabalhadora. A ideia de uma homogeneidade social substituiu progressivamente a ideia de um processo político em que se deveria tecer os fios heterogêneos de uma sociedade altamente diferenciada, para formar uma percepção de interesses e objetivos comuns, que seria o fundamento da força do partido. É esse deslocamento, causado pela aparente receptividade popular à campanha do PT, que ajuda a explicar o fato de, no final da campanha, o partido ter desenvolvido expectativas extraordinariamente otimistas sobre os resultados eleitorais, e sua decepção profunda, em face dos resultados.

Assim, no interior da própria campanha, pode-se ver um reflexo do problema que volta a se colocar de forma recorrente nesta análise do desenvolvimento do PT: o conflito subjacente entre uma visão do partido enquanto reflexo ou encarnação de um processo essencialmente social, que ocorre fora dele; e outra que vê o partido enquanto agente que contribui ativamente para dar forma a esse processo, através da organização política. Embora nas primeiras fases da campanha os dirigentes partidários em São Paulo salientassem a importância do período eleitoral para organizar os trabalhadores, no seu final enfatizava-se o fato de ganhar a eleição, por causa da força da classe trabalhadora.

Quais foram os elementos que contribuíram para o deslocamento da percepção sobre as possibilidades do partido nas eleições de 1982 em São Paulo? Provavelmente, os mais importantes foram o efeito dos debates entre os candidatos a governador pela televisão e o tamanho dos comícios eleitorais do partido. Houve três debates principais entre os candidatos a governador.²⁷ O primeiro, que teve o maior efeito psicológico para o PT, ocorreu em 10 de agosto de 1982, entre Lula, Franco Montoro (PMDB) e Reynaldo de Barros (PDS) e foi transmitido pela televisão em 14 de agosto. Jânio Quadros, candidato do PTB, não participou dos dois primeiros, por causa de uma velha disputa com o jornal *O Estado de S. Paulo*.

O primeiro debate gerou grande discussão, sobretudo devido à surpresa dos comentaristas da elite, não só pelo fato de que Lula pôde debater as questões em pé de igualdade com os outros participantes, mas

²⁷ Os dois primeiros debates foram promovidos pela TV Globo e pelo jornal *O Estado de S. Paulo*; o terceiro foi promovido pela TV Bandeirantes e o jornal *Folha de S. Paulo*.

também porque, segundo os resultados das pesquisas efetuadas a seguir, Lula levou a melhor no debate.²⁸

A presença de massa nos comícios eleitorais do partido em São Paulo foi outro fator que contribuiu para deslocar a percepção do PT sobre sua força. Parecia inconcebível aos dirigentes petistas que o Partido dos Trabalhadores pudesse atrair para seus comícios multidões maiores que os outros partidos e, ainda assim, perder por uma margem significativa de pontos nas pesquisas. Isso fez com que alguns líderes comesçassem a acreditar que os principais institutos de pesquisa (Gallup e Ibope) estivessem deliberadamente tentando esconder a força do PT. Essa convicção persistiu mesmo quando uma pesquisa encomendada pelo próprio PT, realizada sob a direção de um cientista social do Cebrap filiado ao partido, produziu praticamente os mesmos resultados. No enorme comício final do PT nas eleições em São Paulo, realizado no estádio do Pacaembu em 7 de novembro de 1982, Lula afirmava que “a gente tem certeza que o Partido dos Trabalhadores está conseguindo mostrar que a gente vai fazer depois deste comício a Gallup, a *Veja* e a *Globo* e o *Estado de S. Paulo* engolir a pesquisa que eles fizeram, que dá o Partido dos Trabalhadores como o último colocado neste país...”.

O veredito da pesquisa do próprio partido parecia menos convincente que a presença de cem mil pessoas em um comício em São Paulo, quinze mil em Campinas, vinte mil em Sumaré, dez mil em Catanduva etc. Os números cegaram a liderança com relação à persistente fragilidade da organização partidária, impossibilitando-a de reconhecer que a conjuntura na qual se realizavam as eleições significava para muitos eleitores que a dinâmica plebiscitária, característica dos três últimos pleitos, ainda era essencial. Em seu discurso no Pacaembu, Lula citava a presença de três mil pessoas num comício em Nova Odessa, cidade que contava com dez mil eleitores, como prova conclusiva do apoio ao partido; na verdade, o partido recebeu 948 votos nessa cidade, ou 8,97% do total dos votos. Citava a multidão de vinte mil pessoas em Sumaré; 8.319 dentre elas compareceram como eleitores. Embora sem dúvida seja verdade que a presença nos comícios do partido fosse uma expressão de simpatia e interesse pelo PT, não havia uma ligação direta entre a simpatia e o voto.²⁹ Antes das eleições,

²⁸ Ver *Isto é*, 18 de agosto de 1982, p. 25.

²⁹ Note-se também que, apesar de os analfabetos não terem direito ao voto e, portanto não poderem filiar-se a partidos, eles podiam assistir aos comícios das campanhas. Isto provavelmente não tinha tanta importância em São Paulo como nos estados rurais; os líderes

o PT tinha 115 membros em Nova Odessa e 312 em Sumaré. Embora os números relativos à filiação não constituíssem uma medida adequada de previsão de voto, a ausência de uma máquina partidária forte representava um sério obstáculo. Examinando esses dois exemplos, é particularmente interessante observar que, embora a filiação ao partido em Nova Odessa pouco tenha mudado entre o último trimestre de 1982 e o ano seguinte, o número de filiados em Sumaré quadruplicou, sugerindo que uma campanha partidária mais eficaz foi realizada nessa última cidade, o que ajuda a explicar o índice geral mais elevado de votos para o partido.

Além dos comícios e dos debates pela televisão, a mensagem da campanha do PT foi transmitida individualmente pelos candidatos às eleições municipais e legislativas e através do material de campanha produzido por eles e pelo partido, inclusive a propaganda pelo rádio e pela televisão durante os últimos sessenta dias. As campanhas individuais dos candidatos do PT variaram de modo significativo. Houve quem se baseasse na contracultura, como Katerina Koltoi,³⁰ candidata a vereadora na capital; alguns sindicalistas dirigiram-se principalmente aos trabalhadores industriais e outros enfatizaram questões ligadas aos direitos humanos ou denunciaram a corrupção dos governos estaduais anteriores.

Provavelmente o elemento menos eficaz na campanha do PT em São Paulo foi o uso dos meios de comunicação de massa. O partido teve grandes problemas para fazer passar sua mensagem na cobertura da campanha pela imprensa; no noticiário, ela tendia a ser bastante insípida ao relatar as declarações do partido, ou então, concentrava-se no conflito entre o PT e o PMDB. O partido não conseguiu estabelecer com muito sucesso uma ligação entre suas posições eleitorais e questões tópicas que suscitariam um provável interesse jornalístico. Poucos candidatos conseguiram utilizar-se daqueles espaços que talvez pudessem estar disponíveis, como os programas de entrevista pela televisão. Uma exceção foi o caso de Eduardo Suplicy, candidato a deputado federal, que, por fazer da denúncia da corrupção no governo Maluf e na campanha eleitoral do PDS um importante elemento de sua campanha, conseguiu, com frequência, “virar” notícia e, conseqüentemente, dar publicidade à sua própria campanha e à do seu partido.

do partido no Acre estimaram que cerca de metade dos simpatizantes do PT eram analfabetos. Entrevista com Nilson Morão e Chico Mendes, 19 de dezembro de 1982.

³⁰ O principal *slogan* da campanha de Koltoi era *Desobedeça*, e seu estilo era bem semelhante ao dos candidatos do Partido Verde alemão.

Os meios de comunicação do próprio partido eram também bastante fracos. O PT lançou, juntamente com sua campanha, seu primeiro jornal nacional (*Jornal dos Trabalhadores*), cujo último número saiu em novembro de 1982. Frequentemente não ficava claro se o jornal pretendia ser um órgão interno do PT ou um órgão de comunicação entre o partido e a população em geral, de modo que seu potencial de comunicação na campanha eleitoral não chegou a se realizar. Mais eficazes foram os panfletos mimeografados locais e os murais feitos pelos núcleos e outras organizações partidárias locais; mas estes apareciam esporadicamente, e muitas vezes atingiam uma audiência limitada.

O uso feito pelo partido do horário gratuito de propaganda pelo rádio e pela televisão nos últimos sessenta dias da campanha foi particularmente ineficaz, mesmo dentro do leque extremamente limitado de possibilidades que o formato do programa oferecia. Esse formato foi estipulado pela Lei Falcão, instituída inicialmente em 1976 para impedir o MDB de repetir o seu sucesso com os meios de comunicação de massa em 1974. A lei proibia a campanha pelo rádio e pela televisão nos dois meses anteriores às eleições, mas permitia que os partidos dividissem, por igual, as várias horas diárias de tempo gratuito no ar, mostrando fotos dos candidatos, e a voz de um narrador apresentava o *curriculum vitae* de cada um enquanto sua imagem aparecia no vídeo. O resultado era, no melhor dos casos, extremamente aborrecido. Apesar disso, este era um importante fórum, na medida em que, embora talvez não convencesse os eleitores a votar em determinados candidatos, o efeito de uma sucessão de fotos e currículos dos candidatos ainda assim afetava a imagem que os eleitores tinham dos partidos nas eleições.

Tentando demonstrar através dos currículos de seus candidatos que se tratava de pessoas que haviam lutado e sofrido sob o regime autoritário, sendo, por isso, verdadeiramente populares, o partido subestimou o aspecto de construção de imagem embutido no formato do programa.³¹ Uma atrás da outra, as fotos apareciam, enquanto a narração contava que este tinha estado na cadeia por atividades ligadas aos direitos humanos, aquele fora expulso de um cargo sindical por sua militância, este outro havia sido

³¹ O uso da televisão pelo partido foi uma das principais diferenças entre as campanhas de 1982 e 1985, discutidas adiante. Em 1982 o problema foi uma combinação da inexperiência no tratamento da comunicação política, juntamente com a rigidez do formato exigido pela Lei Falcão e o medo de experimentar com esse formato, já que o partido não tinha fundos para fazer um novo filme caso o primeiro fosse proibido (como aconteceu com o PMDB).

exilado, enquanto aquele fora forçado a deixar a escola depois do quarto ano primário para trabalhar e sustentar a família, e um outro ainda havia sido torturado. O resultado, ao invés de compor uma imagem positiva, que demonstrava como essas pessoas haviam superado as perseguições e privações para se tornarem importantes líderes populares, acabou sendo o que muitas lideranças do partido descreveram mais tarde como uma imagem essencialmente negativa, de um bando de ignorantes e fregueses de cadeia. O partido acabou finalmente reconhecendo seu erro e mais ou menos na última semana da campanha substituiu o material do programa por uma linha mais positiva e muito mais eficaz de apresentação de imagens; mas o dano já havia sido feito.

O conflito com o PMDB

Um aspecto da campanha que deu lugar a discussões acaloradas, tanto dentro quanto fora do partido, foi o esforço do PT de se distinguir do PMDB. O conflito chegou ao auge já em maio de 1982. O PMDB acusava o PT de divisionismo e de “fazer o jogo do governo” e seus membros afirmavam seguidamente que Lula não era capaz de governar³². O PT era qualificado de “obreiro”, um partido. “vestido de macacão”, numa referência às roupas de trabalho dos metalúrgicos. O PT, por sua vez, qualificava o PMDB de frente demasiado ampla para ter qualquer unidade política real e de partido burguês. Sobretudo a campanha do “voto útil” do PMDB era anátema para o PT, contra o qual ela era essencialmente dirigida³³.

O conflito foi exacerbado por uma entrevista dada por Lula a um jornalista da *Folha de S. Paulo*, publicada em 16 de maio com o título de “Nosso adversário é o PMDB, afirma Lula”³⁴. Respondendo às insinuações do PMDB de que sua candidatura trabalhava a favor do partido do governo, Lula replicou:

... cabe ao nosso partido mostrar a fragilidade do senador Franco Montoro enquanto candidato a governador, a fragilidade da proposta dele, pois o nosso adversário é exatamente o PMDB, adversário nas

urnas (...) Quando passamos a defender o pluripartidarismo é necessário que tenhamos a coragem de ser sérios e saber se queremos a mexicanização ou o real pluripartidarismo (...) Não vemos o PMDB como nosso inimigo, não. O inimigo é o PDS, mas achamos que o PMDB é que será o grande adversário político, porque é muito mais forte que o PDS. A briga se dará entre o PT e o PMDB e quem, como nós, é jovem, verá isso até lá.³⁵

Na semana seguinte o mesmo jornal transmitia os contra-ataques do PMDB. A economista Maria da Conceição Tavares atacava dizendo que Lula fora catapultado para a fama pelos meios de comunicação de massa. O PT era culpado de ser simplista, sectário e eleitoreiro:

A explicação da sociedade é fácil e imediata: ela se divide entre exploradores e explorados. Como organizar a sociedade é fácil: pelas bases (ou células, dependendo das correntes). Como ganhar espaço eleitoral? Também é fácil: atacando o PMDB.³⁶

O editorialista Cláudio Abramo criticava o partido por não conseguir ver que, se de fato o PMDB era uma frente composta por correntes muito distintas à qual faltava um programa de mudanças ambicioso, era porque a situação assim o exigia. Mas ele qualificava como natural o processo pelo qual o PT chegou à conclusão de que o PMDB era seu inimigo número um, devido à ofensiva virulenta e “nauseante” do partido contra o PT.³⁷

É interessante notar que a maioria dos comentários sobre a entrevista de Lula não fez distinção entre “adversário” (isto é, competidor) e “inimigo”, como o próprio Lula havia feito. Não fica claro se o fato de não se fazer isso era um instrumento de polêmica nas mãos dos críticos do PT, ou se refletia uma dificuldade mais profunda em aceitar a existência de nuances no conflito político. Esta última interpretação é coerente com as análises históricas e antropológicas da cultura política brasileira, que esclarecem a importância do consenso, da cordialidade e da negociação e a recusa em aceitar a legitimidade do conflito.³⁸

³² A acusação de que Lula era incapaz de governar não foi adotada pelos líderes do PMDB como uma posição oficial do partido, porém foi generalizada nas discussões e debates durante a campanha.

³³ “PMDB e PT, uma profunda rivalidade”, *O Estado de S. Paulo*, 8 de outubro de 1982.

³⁴ Roland M. Serra, “Nosso adversário é o PMDB, afirma Lula”, *Folha de S. Paulo*, 16 de maio de 1982, p. 5.

³⁵ Idem, *ibidem*.

³⁶ “Maria Tavares convoca intelectuais à política”, *Folha de S. Paulo*, 23 de maio de 1982.

³⁷ Cláudio Abramo, “O PT, vítima de sua síndrome”, *Folha de S. Paulo*, 23 de maio de 1982.

³⁸ Phillippe Schmitter nota essa característica nas suas conclusões em *Interest conflict and political change*. Ver também Roberto da Matta, “Você sabe com quem está falando?”, *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro* (Rio de Janeiro, Zahar, 1981).

O reconhecimento do conflito entre o PDS e o PMDB, ou do governo *versus* oposição, escapava desse padrão porque havia sido elevado a um nível de confronto maniqueísta, quase cosmológico: era uma questão do bem contra o mal, e o que não estava com o bem era necessariamente o mal. O fato de o PT estar ativamente competindo por votos era visto, mesmo por observadores sofisticados, como algo que punha em perigo o próprio processo de redemocratização. Uma boa ilustração da virulência dessa crítica é uma coluna do economista do PMDB Luiz Carlos Bresser Pereira na *Folha de S. Paulo*, da qual vale a pena fazer uma extensa citação. Ele começa por louvar a caracterização que Abramo havia feito do PMDB, dizendo que

De fato, o PMDB é um partido complexo e contraditório, que aponta uma via democrática, social (mas não socialista) e modernizante para o país. É o partido de centro-esquerda que, ao espelhar as contradições e a diversidade da sociedade brasileira, abre o caminho para a consolidação de um pacto social mais sólido, que nos permita enfrentar durante os anos oitenta a grave crise econômica brasileira e mundial nos quadros de um regime democrático.

O PT, por sua vez, é um partido relativamente coeso em torno de uma análise simplista da sociedade brasileira: o Brasil estaria dividido entre “bons” (os trabalhadores) e “maus” (os capitalistas); para que os bons cheguem ao poder é preciso organizar politicamente os trabalhadores a partir das bases.

É evidente que a partir de um raciocínio classista dessa natureza não há qualquer possibilidade de se chegar a médio prazo ao poder no Brasil, país em que a hegemonia ideológica burguesa é patente. Entretanto, como em São Paulo o prestígio de Lula é considerável, os petistas contraditoriamente deixaram-se tomar pelo entusiasmo eleitoral, criaram a ficção de que o candidato do governo “é carta fora do baralho” e identificaram o PMDB como seu principal adversário.

Ao fazer isto, é evidente que o PT esqueceu suas alianças naturais e perdeu qualquer contato com a realidade, atrelando-se ao mais clássico eleitoralismo. Como não pode disputar votos a seu inimigo, o PDS, disputa-os a seu irmão, o PMDB.

Nesses termos, embora concorde com Cláudio Abramo que é calúnia afirmar que o PT esteja “fazendo o jogo do governo”, porque o objetivo do PT é exatamente o oposto, na prática o que está acontecendo é isto mesmo. Enquanto o PTB faz deliberadamente o

jogo do governo, o PT o faz involuntariamente. O grave é que o PTB pode fazer pouco mal ao PMDB em São Paulo, enquanto que o PT, devido ao carisma que Lula exerce sobre os intelectuais e estudantes de esquerda, pode fazer muito mal.

O que Maria Conceição Tavares procurou transmitir na entrevista política que concedeu a esta *Folha*, também no último domingo, é uma ideia muito simples ligada a este problema. O eleitoralismo do PT em São Paulo *é uma ameaça à redemocratização do País*, na medida em que só fortalece o governo e particularmente o Sr. Paulo Maluf. A crise econômica continuará grave no Brasil (e no mundo) durante toda esta década. O fortalecimento de políticos de direita autoritária e populista nos quadros de uma crise econômica poderá nos levar de volta à ditadura.

É pouco provável que os líderes do PT acordem em tempo e percebam o erro que estão cometendo. É mais provável que os eleitores o façam. Para isto, entretanto, é necessário que fique claro para todos que a prioridade fundamental hoje no Brasil é o restabelecimento e consolidação da democracia nos quadros de uma economia em crise. Este é o desafio que a sociedade brasileira enfrenta nos anos oitenta. O drama do PT está em não poder compreender este fato, apesar de todas as suas boas intenções.³⁹ (Grifo da autora)

O PT tentou energicamente opor-se ao apelo do argumento do “voto útil” para os seus eleitores potenciais, afirmando que as origens de classe dos candidatos do PMDB os impediriam de apoiar políticas que beneficiassem os trabalhadores e os pobres. Num discurso de campanha em Ubatuba, por exemplo, Lula argumentava:

Porque não acredito, não acredito que um partido que tem um latifundiário vai resolver o problema da terra nesse país. Não acredito que um partido que tenha um grande empresário vá resolver o problema da classe trabalhadora nesse país. Não acredito que um partido que tem um banqueiro vá resolver o problema da baixa de juro nesse país. Eu acredito que é preciso haver uma inversão de valores. É preciso que aqueles que sempre foram oprimidos

³⁹ Luiz Carlos Bresser Pereira, “O drama do PT”, *Folha de S. Paulo*, 25 de maio de 1982. É interessante notar, à luz das posições de Bresser em 1982, que no final de 1989 ele foi um dos mais fortes defensores da ideia de que seu partido (o PSDB) apoiasse Lula no segundo turno das eleições presidenciais.

entendam, de uma vez por todas, de que eles precisam deter o poder político em suas mãos⁴⁰.

Assim, a “utilidade” para os trabalhadores deveria ser definida de maneira diferente:

Mas tem muita gente que levanta a questão do voto útil. Mas será que o PT ganha, ele leva? Não é melhor votar em fulano de tal, porque é mais maneiroso, é mais jeitoso, não sei o que lá? Ora, companheiros, é uma opção que nós temos que fazer. Ou nós seremos julgados amanhã por termos conciliado e errado ou nós seremos julgados por não termos tido coragem de dizer o que pensávamos em praça pública. E entre ser julgado pelo fato de ter conciliado e ser julgado pelo fato de ter tentado acertar com a classe trabalhadora, eu prefiro ser condenado por tentar acertar com a classe trabalhadora brasileira.⁴¹

Confrontado pelos ataques contínuos do PMDB, a invectiva do partido tornou-se cada vez mais dura, culminando com o discurso de Lula no último comício da campanha realizado no estádio do Pacaembu em São Paulo:

Não foram poucas as críticas. Não foram poucas as perseguições. Não foram poucas as calúnias. De repente, o Lula deixava de morar em São Bernardo, na boca de alguns, pra morar no Morumbi, na boca dessas pessoas. De repente, pelo fato do Lula estar num partido político, o Lula já não era mais o operário admirado das greves de São Bernardo do Campo. De repente, o Lula não podia mais andar de carro. De repente, a gente não podia mais fazer nada que qualquer cidadão faz porque as más línguas estavam aí pra tentar denegrir, através da pessoa do Lula, a imagem de uma organização política que supera em milhões de vezes a pessoa do Lula ou a pessoa de qualquer militante individualmente.

A gente por diversas vezes tentou abrir a cabeça das pessoas tentando mostrar de que a questão da organização da classe trabalhadora é um fato irreversível. A gente tentou mostrar de que ninguém jamais iria conseguir parar o nosso movimento. A gente tentou mostrar de que a política convencional, de que a política do dinheiro, de que a política do cabresto já não vingaria mais aqui neste estado e tampouco nessa pátria chamada Brasil. A gente tentou mostrar de que há uma

⁴⁰ Luís Inácio Lula da Silva, discurso num comício eleitoral em Ubatuba, 28 de agosto de 1982. Gravação em fita.

⁴¹ Ibidem.

igualdade entre os partidos burgueses, seja da situação ou da oposição. A gente tentou mostrar de que PDS e PMDB são farinha do mesmo saco e que não vão mudar a situação da classe trabalhadora brasileira. E esse fato é muito mais verdadeiro quando a gente viaja para o interior de São Paulo e a gente percebe que tem um candidato fazendeiro do PDS e de um outro lado um candidato fazendeiro do PMDB, quando a gente percebe que entre esses dois partidos, ontem um era da ARENA, hoje é do PMDB, ontem um era do PMDB e hoje é da ARENA, trocando o partido como se tivessem trocando de cueca, sem nenhum respeito ao povo que o elegeu.

Levantou-se neste país, a nível nacional, a questão do voto útil. Voto útil que mexeu com a cabeça de muita gente, quem sabe até desavisada. E agora, superada a questão do voto útil, aparece na imprensa e nas manchetes dos jornais o voto covarde, o voto do medo, um voto do terror que algumas pessoas do PMDB tentam jogar em treze milhões de eleitores aqui no estado de São Paulo, e 56 milhões de eleitores no nosso país. E estas coisas precisa ficar claro que quando o PMDB diz que se o Lula ganhar em São Paulo não vai levar, que se o Brizola ganhar no Rio de Janeiro não vai levar, o PMDB está comunicando, está avisando ao povo, de que o Lula e o Brizola, de que o PDT no Rio e de que o PT em São Paulo é contra o regime e o regime é contra o PT e é por isso que o regime não vai querer que a gente tome posse. Mas quando o PMDB, quando o PMDB coloca isso pra fora, e estão dizendo que o PMDB ganha, ele leva, eles estão afirmando, nada mais e nada menos, que o PMDB é um partido de oposição confiável ao sistema e por isso, se ganhar, vai tomar posse nesse país. Eu queria que os companheiros da imprensa registrassem aqui que se eu estou falando mal do PMDB, eu estou dizendo a verdade política deste país. E não vou falar mal do PDS porque, na verdade, a gente não chuta cachorro morto e o PDS já não existe mais em nosso país, o PDS já não existe aqui no estado de São Paulo enquanto força política.⁴²

Que efeito teve tudo isso sobre os eleitores? Os críticos no interior do PT alegam que os ataques ao PMDB estreitaram a base eleitoral do partido e afastaram os eleitores de classe média. Não existem dados de pesquisa de que tenhamos conhecimento para que possamos avaliar a importância desta questão. Parece improvável que os ataques ao PMDB tivessem um efeito significativo sobre os resultados das eleições; os eleitores que se afastaram

⁴² Luís Inácio Lula da Silva, discurso eleitoral, estádio do Pacaembu, São Paulo, 7 de novembro de 1982. Gravação em fita.

poderiam provavelmente ter respondido à campanha do PMDB pelo voto útil de qualquer forma. Se o partido tivesse refreado seu ataque ao PMDB, demonstrando ser um aliado “responsável” dentro de uma oposição mais ampla, o efeito da campanha do voto útil poderia ter sido até mais forte do que foi, particularmente, entre eleitores da classe trabalhadora. Se não tivesse respondido, isto teria implicado que o Partido dos Trabalhadores aceitava a ideia de que era de fato um “partido do futuro”, cujo papel no presente consistia em esperar.

Isto não quer dizer que a estratégia eleitoral adotada pelo partido fosse a única disponível; qualquer processo histórico envolve caminhos que não foram trilhados, ao lado daqueles que o foram. Contudo, havia poderosos incentivos operando a seu favor. Em primeiro lugar, a decisão de formar um partido era uma decisão de **diferenciar** a organização política da classe operária da “oposição” mais geral. Em segundo, a legislação eleitoral exigia que, para continuar sendo legal, um partido tinha de se apresentar às eleições e obter 50% dos votos em nível nacional e, em nove estados, pelo menos 3% dos votos de cada um. (Esse requisito foi finalmente transferido dos resultados de 1982 para os de 1986.) Para um partido novo, isto exigia um trabalho ativo de organização e de campanha. Em terceiro lugar, os ataques dos membros da oposição de elite contra o PT, especialmente os que denegriam a capacidade intelectual e organizacional dos trabalhadores, tiveram um efeito psicológico: o de provocar, com quase toda a certeza, uma resposta do partido. E, enfim, a resposta popular aparentemente positiva à campanha convenceu muitos dirigentes do partido de que a oposição de elite temia genuinamente uma vitória do PT em São Paulo. Embora não houvesse prova de que qualquer um na liderança do PMDB jamais tivesse pensado que o PT pudesse ganhar, as afirmações que fizeram mais tarde, durante a campanha, de que se Lula vencesse em São Paulo ou Brizola no Rio de Janeiro o regime não lhes permitiria tomar posse, só vieram reforçar esta crença dos líderes do PT. Embora no início da campanha tratar o PMDB como principal adversário fosse dar prova de realismo eleitoral e, ao mesmo tempo, apresentar uma resposta à questão do voto útil, em novembro alguns líderes haviam começado a acreditar que o partido efetivamente podia ganhar em São Paulo e só o PMDB colocava-se no caminho, como obstáculo à sua vitória.

Os resultados das eleições de 1982

Os resultados das eleições constituíram um choque e uma decepção profunda para o PT. O partido não conseguiu atingir seu objetivo de conquistar 5% dos votos em nível nacional e 3% em nove estados, conforme exigido por lei. De fato, o PT conseguiu mais de 3% dos votos apenas em São Paulo, com 9,9%, e no Acre, com 5,4%. No plano nacional, seus candidatos aos governos estaduais conquistaram apenas 3,3% do total dos votos.

O partido elegeu oito deputados federais, dos quais seis eram de São Paulo, um do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais. Elegeu um deputado estadual no Rio de Janeiro, um em Minas Gerais, um no Acre e nove em São Paulo. Os candidatos do PT para as prefeituras foram eleitos em dois municípios do país: um, na cidade de Diadema, São Paulo, e outro em Santa Quitéria, no Maranhão. No estado de São Paulo, o partido elegeu 78 vereadores em 39 municípios.⁴³

O sistema de eleição dos membros da Câmara federal dos Deputados e das Assembleias Legislativas estaduais combina a representação proporcional com uma lista aberta. Todos os candidatos concorrem no âmbito estadual. As listas são nominais; os eleitores escolhem um candidato para deputado federal, um para estadual e um para vereador. Candidatos conhecidos em uma dada região, especialmente urbana, têm uma vantagem significativa; na ausência de uma circunscrição delimitada, eles podem fazer uma campanha intensa por todo o estado, visando acumular um número suficiente de votos em várias áreas para enfrentar os candidatos cujas bases são mais concentradas. Num estado com o tamanho de São Paulo, esta é uma proposta cara e que consome muito tempo.

Em São Paulo, o PT apresentou 38 candidatos a deputado federal (em um total de sessenta permitidos), elegendo seis, e 68 candidatos a deputado estadual (em um total de 84 permitidos), dos quais nove foram eleitos. O voto urbano, na capital e na região do ABC, foi decisivo para a maioria dos candidatos do partido que tiveram êxito. Entre os eleitos para o Congresso, quatro receberam mais de 60% de seus votos na capital e um, o líder metalúrgico Djalma Bom, recebeu mais de 60% deles na capital e em São Bernardo conjuntamente. Somente a atriz Elizabeth (Bete) Mendes obteve

⁴³ A lista completa dos vereadores eleitos no estado foi publicada em *PT São Paulo*, 2 (4), dezembro de 1982.

mais da metade de seus votos fora da capital. Nas eleições para a Assembleia Legislativa estadual, a vantagem de um grande eleitorado urbano é demonstrada pelo fato de que só os votos para Expedito Soares em São Bernardo e para José Cicote em Santo André foram suficientes para elegê-los para o legislativo estadual.⁴⁴

⁴⁴ Os dados sobre o desempenho dos candidatos provêm do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Esses dados aparecem em tabelas em Margaret Keck, "From movement to politics...", cit., p. 364-7.

Tabela 6.2 – Resultado das eleições para governador – Brasil – 1982

Estado	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	Branco	Nulos	Total
Acre	33.879	-	4.637	3.152	36.369	4.214	4.305	86.556
Alagoas	257.898	-	-	-	206.856	75.814	23.494	564.062
Amazonas	164.190	-	5.352	4.203	201.182	14.169	12.029	401.125
Bahia	1.623.422	-	25.113	-	1.030.111	366.923	101.666	3.147.235
Ceará	1.149.468	-	9.961	-	478.853	277.124	41.341	1.956.747
Espírito Santo	282.728	1.236	10.588	-	448.074	63.856	19.449	825.934
Goiás	470.184	845	9.818	-	964.179	82.324	33.070	1.560.420
Maranhão	673.916	12.738	8.643	632	180.287	148.558	32.338	1.057.112
Mato Grosso	203.605	899	877	-	188.878	21.432	14.609	430.310
Mato Grosso do Sul	237.144	5.414	4.541	-	258.192	33.371	14.808	553.470
Minas Gerais	2.424.197	11.160	113.950	-	2.667.595	459.479	147.160	5.823.541
Pará	461.969	-	11.010	7.214	501.605	63.365	42.594	1.087.757
Paraíba	509.855	-	3.918	-	358.146	70.291	22.042	964.252
Paraná	1.127.175	6.679	12.047	30.202	1.708.785	237.748	74.307	3.196.943
Pernambuco	913.774	-	4.027	7.872	816.085	154.406	57.052	1.953.216
Piauí	393.818	-	5.814	-	271.274	85.430	22.087	778.423
Rio de Janeiro	1.530.706	1.709.180	152.614	536.383	1.073.446	243.274	195.063	5.440.666
Rio Grande do	389.677	-	3.207	441	283.266	56.450	15.713	748.854
Rio Grande do Sul	1.294.962	775.546	50.713	-	1.272.319	334.125	71.348	3.799.013
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Catarina	838.150	4.572	6.803	2.281	825.500	121.927	32.578	1.831.811
São Paulo	2.728.732	94.395	1.144.648	1.447.328	5.209.952	664.101	308.829	11.597.985
Sergipe	256.385	1.133	1.354	-	77.965	36.510	10.177	383.524
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	17.965.834	2.623.797	1.589.645	2.039.708	19.059.019	3.614.059	1.296.059	48.188.956

Fonte: Reproduzido de José Alfredo de Oliveira Baracho, “O projeto político brasileiro e as eleições nacionais”, Revista Brasileira de Estudos Políticos (57, julho de 1983, página 130).

Os candidatos do PT eleitos para o Congresso em 1982 refletiam a diversidade das origens do partido. Irma Passoni, eleita para a Assembleia Legislativa em 1978, fora uma das organizadoras do Movimento contra a Carestia e era considerada a mais forte candidata do setor católico militante do partido. Aírton Soares, eleito para o Congresso pelo MDB em 1978, foi o principal deputado federal a filiar-se ao PT. Eduardo Matarazzo Suplicy, embora membro de uma das famílias mais abastadas do Brasil, fora um dos primeiros políticos a apoiar o PT. Eleito para a Assembleia Legislativa em 1978, ele era conhecido por suas denúncias bem documentadas sobre a corrupção oficial e tinha uma sólida reputação por apoiar as lutas populares. Estes três estavam entre os que haviam sido recrutados na tendência popular do PMDB. Djalma Bom simbolizava a base sindical do partido; membro-fundador do PT, ele fora tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Bete Mendes era uma conhecida atriz de televisão e cinema, bem como uma militante política de longa data, ligada a organizações de esquerda. José Genoíno Neto era um líder conhecido na esquerda organizada e contava com uma extensa rede de apoio por todo o estado.

Apesar de apenas um candidato operário ter sido eleito para o Congresso pelo PT, o tamanho da votação para os candidatos operários foi, entretanto, impressionante. Djalma Bom ganhou quase duas vezes o número de votos de seu rival mais próximo no partido, tornando-se o nono deputado federal mais votado no estado (num total de sessenta). Dos oito deputados estaduais eleitos, três eram líderes sindicais, tal como o primeiro suplente. Na maioria dos municípios industriais do estado, os candidatos operários dominavam claramente o voto do PT. Isto não era de surpreender. Entretanto, após as eleições de 1982, uma espécie de apreciação do “senso comum” sobre o desempenho precário do PT nessas eleições demonstrou a falsidade do *slogan* do partido, “trabalhador vota em trabalhador”. Dentre os que votaram para o partido, pareceria que um número considerável de fato votou para os trabalhadores.⁴⁵ A organização municipal sempre foi um importante elemento para o sucesso eleitoral no Brasil; é um fator que coloca em desvantagem os novos partidos. Segundo Gláucio Soares, essa característica favoreceu historicamente os partidos conservadores

⁴⁵ Para uma discussão mais detalhada sobre as eleições legislativas, ver Margaret Keck, “From movement to politics...”, cit., p. 364-9.

organizados em torno de famílias locais de grande projeção, em detrimento dos partidos reformistas.⁴⁶ No momento das eleições, o PT tinha organizações partidárias em funcionamento em cerca de 149 dos 573 municípios do estado de São Paulo. A importância da existência de um diretório em um município era dupla: um partido só podia apresentar candidatos às eleições municipais onde já tivesse um diretório; e, evidentemente, a presença de uma organização local era importante para montar uma campanha. A exigência legal de que o voto para todos os cargos devia ser para candidatos de um mesmo partido significava que, onde o PT não contava com um diretório municipal, perderia os votos para prefeito ou vereadores. Assim, os partidos que não estavam organizados, ficavam numa clara posição de desvantagem. O proveito de que gozavam o PDS e o PMDB, como herdeiros de organizações partidárias preexistentes, evidencia-se nos resultados locais das eleições de 1982 para o país como um todo: os dois partidos fizeram, em conjunto, 97,8% dos vereadores em 99,2% das prefeituras.⁴⁷ Como mostra a tabela 6.3, o voto do PT em municípios onde não existiam diretórios quase nunca ultrapassou 2%.

Tabela 6.3 – O voto e a organização em diretórios do PT – 1982

% dos votos	Nº de municípios em que	
	havia diretório do PT	não havia diretório do PT
0-1	8	368
1-2	13	44
2-3	26	4
3-5	45	6
5-10	35	2
10-20	16	0
Mais de 20	6	0

Fonte: Os dados sobre a existência de diretórios provêm dos arquivos do PT e do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Os resultados das eleições nos municípios vêm do Tribunal Regional Eleitoral.

Como era de se prever, os municípios de São Paulo que mais deram votos ao Partido dos Trabalhadores nas eleições de 1982 eram, em sua maioria, os maiores, e mais industrializados do estado, com altas concentrações de trabalhadores em indústrias modernas. Dos 22 municípios nos quais o partido conquistou mais de 10% dos votos, os trabalhadores do

⁴⁶ Gláucio Ary Dillon Soares, *Colégio eleitoral, convenções partidárias e eleições diretas* (Petrópolis, Vozes, 1984), p. 33-5.

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 42.

setor manufatureiro, de construção de transporte compunham mais de 50% da população economicamente ativa em quinze casos.⁴⁸ Com poucas exceções, os melhores resultados do partido vieram das áreas industriais em torno de São Paulo, especialmente a região do ABCD.

O impacto das eleições sobre o PT

Não é de surpreender que para o PT os resultados das eleições tiveram um sabor de derrota. Embora em suas declarações públicas os dirigentes partidários tentassem mostrar-se confiantes, como na manchete “Somos mais de um milhão”, estampada no jornal do partido em São Paulo, no interior do próprio PT havia uma profunda decepção e uma espécie de depressão coletiva. As avaliações internas do seu desempenho eleitoral diferiam quanto à causa do fracasso, mas concordavam em dois pontos: que a repetição de palavras de ordem muitas vezes tinha tomado o lugar do esclarecimento dos objetivos do partido, e que o nível de organização — tanto do próprio partido quanto da população — era ainda demasiadamente fraco para garantir um êxito eleitoral. A solução era voltar às origens do partido, promovendo a organização e a mobilização popular e elaborando propostas concretas para a resolução de problemas sociais urgentes.⁴⁹

A maior parte das explicações internas para o fraco desempenho do partido referia-se a questões organizacionais ou de atitudes. Muita energia foi gasta tentando-se repartir as culpas. A incapacidade de levar em conta fatores contextuais deveu-se em parte à intensidade com que os membros do PT viveram a campanha eleitoral, mas reflete também o fato de que três anos dedicados à construção da organização partidária haviam impedido o desenvolvimento de um debate político interno, o que teria permitido avaliar de forma mais clara a relação entre o PT e as outras forças políticas durante a transição.

A desilusão do partido com os resultados eleitorais de 1982 criou o contexto de suas ações posteriores. O movimento de retorno às origens do partido e a formação da Articulação, discutida no capítulo anterior, foram tentativas de consolidar a direção do PT nas mãos dos líderes do movimento operário e dos que estes consideravam seus aliados. O desejo de “voltar às bases” significava que o partido deveria orientar suas energias

para dar apoio à organização do movimento operário e dos movimentos sociais, como se a campanha eleitoral tivesse representado um **desvio** dos objetivos normais da atividade partidária.

A rejeição da experiência eleitoral foi provavelmente um fator importante nos conflitos subseqüentes entre os líderes do partido e os dirigentes eleitos, o que explica por que o partido teve tanta dificuldade em capitalizar os sucessos que de fato alcançou nas eleições. Uma vez que não conseguia se reconciliar com sua derrota, achou difícil pensar estrategicamente sobre sua atividade nas instituições políticas. O caso da administração petista na prefeitura de Diadema, discutido no capítulo 8, representa um exemplo dramático, em nível local, dos dilemas práticos que se colocaram para o partido a partir da ausência inicial de uma estratégia de ação institucional.

Embora o partido não tenha conseguido formular uma estratégia institucional clara nesse período, isso não significa que ficou à beira da morte. Seus militantes consolidaram uma presença significativa em uma série de movimentos sociais e o setor do movimento operário associado ao PT cresceu rapidamente. Ainda que não resolvessem os problemas de organização, eles mantiveram uma visibilidade coerente fora do partido. O PT foi também um dos primeiros a reclamar uma mobilização popular em favor das eleições diretas e a campanha das diretas-já representou um dos poucos exemplos de integração entre os papéis do partido no plano institucional e de mobilização. Ele também desempenhou um papel fundamental na organização da campanha e a aparição de Lula no palanque, ao lado dos governadores do PMDB, aplacou temporariamente o ressentimento que sobrara das eleições de 1982. O fracasso dessa campanha e a recusa do PT em aceitar uma solução de compromisso provocaram outra crise interna.

Em meados de 1985, a dificuldade de encontrar uma maneira de unir a ação institucional à ação no plano social causava uma ampla crise de identidade no partido. As eleições para as prefeituras em 1985 eram consideradas por quase todos como o grande teste da viabilidade organizacional do partido. A menos que os resultados representassem um grande progresso em relação ao desempenho de 1982, seria bem provável que os militantes optassem por concentrar inteiramente suas energias nas organizações dos movimentos.

⁴⁸ Ver Margaret Keck, “From movement to politics...”, cit., p. 371.

⁴⁹ Para uma amostra da reação de diversos líderes do partido aos resultados das eleições, ver *PT São Paulo*, 2 (4), dezembro de 1982.

A reviravolta eleitoral

O bom desempenho do PT nas eleições para as prefeituras das capitais em 1985 deu-lhe, juntamente com a recuperação da confiança, um novo ânimo, projetando-o subitamente no cenário nacional como uma força política viável e em crescimento. Com uma única exceção, o partido apresentou candidatos em todas as capitais dos estados e ganhou mais de 5% dos votos em doze deles (e mais de 3% em dois outros). Sua candidata Maria Luiza Fontenelle foi eleita em Fortaleza, capital do Ceará e quinta maior cidade do Brasil, e o partido perdeu por um fio as eleições em Goiânia. Os candidatos do PT também chegaram em segundo lugar em Vitória, no Espírito Santo, e em Aracaju, Sergipe. O candidato a prefeito de São Paulo, Eduardo Suplicy, conquistou quase 20% dos votos.⁵⁰

Os líderes do PT atribuíram o sucesso eleitoral em parte à mudança do tom da campanha: o partido aparecia mais aberto, menos sectário, misturando o humor à sua mensagem programática. Em Goiânia, seu candidato, Darci Accorci, um professor universitário, conversava com os espectadores da televisão sentado em uma cadeira de barbeiro. A votação do PT nessa cidade saltou de cerca de cinco mil em 1982 para 97.000 em 1985. Em São Paulo, parte da mensagem do partido na televisão era veiculada na forma de uma novela popular. Em Vitória, o partido dirigiu seu discurso para a classe média, perdendo o medo de apelar aos setores liberais; seu candidato, Vitor Buaiz, médico e ambientalista, recebeu 26% da votação. O PT usou os meios de comunicação de massa de forma muito mais eficaz que em 1982 e seu estilo em 1985 tornou-se um protótipo para as campanhas futuras. Embora a eliminação das restrições da Lei Falcão ao formato das mensagens da campanha certamente ajudasse, o partido também havia aprendido algo sobre a maneira de se dirigir aos eleitores. Lula comentaria, após as eleições de 1985, que “Nós aprendemos que uma coisa é falar num comício para motivar os militantes e outra é falar na TV para uma dona de casa que você precisa convencer. E você não convence se não obrigá-la à continuar assistindo ao programa”.⁵¹

Outro aspecto notável da campanha do PT em 1985 foi a predominância dos candidatos de classe média. Nas cinco cidades onde o

partido se saiu melhor, eles eram profissionais liberais. Depois da campanha, os líderes do PT enfatizaram a importância de misturar candidatos de origem operária com outros de classe média. A ideia de que trabalhador deveria votar em trabalhador, embora ainda considerada importante, já não excluía um apelo aos que provavelmente não votariam em um trabalhador.

Tal como ocorreu nas eleições de 1982, o contexto foi importante. Em primeiro lugar, estas eram eleições excepcionais, marcando o fim das restrições autoritárias que exigiam a eleição indireta para prefeitos das capitais estaduais e das áreas designadas como “zonas de segurança nacional”. Assim, o pleito eleitoral de 1985 criou uma oportunidade para que se organizassem campanhas com um foco mais centrado. Em segundo lugar, tratando-se de eleições em meio aos mandatos, os eleitores tiveram uma chance de expressar suas frustrações com o novo governo em nível nacional e/ou estadual, por sua incapacidade de realizar o tipo de mudanças fundamentais que, segundo se esperava, deveriam acompanhar a “democracia”. Desta vez, contando com nove governadores estaduais e um presidente nominalmente a ele filiado, o PMDB era amplamente percebido como parte do governo. O fato de não ser o governo (embora Sarney tivesse que se filiar ao PMDB para concorrer como vice-presidente com Tancredo Neves) era uma distinção que o próprio PMDB não se havia preparado para fazer, antes de 15 de novembro.

As eleições de 1985 para a prefeitura em São Paulo eram um exemplo particularmente importante, já que o PMDB não mais podia apresentar-se como a “oposição”. No período pré-eleitoral, o PMDB tentou fazer uma aliança com o Partido da Frente Liberal, PFL, formado por dissidentes do PDS no momento da eleição presidencial indireta. Em São Paulo, o PFL contava com alguns dos fundadores do antigo PP, que se fundira ao PMDB em 1981. Na avaliação da situação pelo PMDB, o perigo principal estava na direita; assim, fazia sentido uma aliança à direita do partido. Quando, em vez disso, o PFL decidiu aliar-se ao PTB para apoiar Jânio Quadros, o candidato do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, tentou reavivar a ideia do voto útil para derrotar Jânio, apresentando-o como um perigo para o processo de democratização. Mais uma vez, o argumento do voto útil era dirigido aos eleitores potenciais do PT e, por concorrer com um candidato próprio, desta vez o deputado federal Eduardo Suplicy, o partido mais uma vez foi qualificado como um desmancha-prazeres.

⁵⁰ *Folha de S. Paulo*, 24 de novembro de 1985, p. 15; uma comparação dos resultados do PT em 1982 e 1985 se encontra em Margaret Keck, “From movement to politics...”, cit., p. 379.

⁵¹ “Lula defende candidaturas petistas em todos os estados”, *Folha de S. Paulo*, 24 de novembro de 1985, p. 15.

Entretanto, em 1985, a percepção da situação por parte do público havia mudado e Jânio Quadros, por mais que suscitasse controvérsias, não era visto como o equivalente do regime militar. Nessa eleição, o PMDB era o partido dos que ocupavam os cargos executivos, tanto na cidade quanto no governo do estado. Quando Cardoso perdeu a eleição para Jânio, ficando Suplicy em terceiro lugar com uma boa votação, ele expressou sua amargura em relação ao PT com boa dose de veneno. Outros líderes do PMDB tiveram uma atitude diferente, falando sobre a possibilidade de futuras alianças eleitorais com o PT e sobre a necessidade de o PMDB definir-se como partido.

As eleições para as prefeituras em 1985 prenunciaram uma nova era tanto para as relações do PT com outras forças políticas no Brasil quanto para a vida interna do partido. No que se refere as primeiras, o partido demonstrava que já não era mais um ator marginal. Embora anteriormente a ideia de formar coalizões com outros partidos significasse essencialmente, para o PT, ficar de lado e apoiar o candidato de outro partido, depois de 1985 ele estava em uma posição melhor para negociar. Consequentemente, ainda que os líderes do partido continuassem afirmando que o PT apresentaria seus próprios candidatos nas eleições, a discussão sobre coalizões deixou de ser tabu.

Os problemas de definição interna não mudaram; mudou, contudo, o contexto em que eles eram discutidos. A possibilidade de dirigir sua proposta a uma massa crescente de eleitores claramente insatisfeitos com as alternativas para a resolução dos problemas que lhes eram oferecidas pelos líderes do processo de transição reforçou a ideia de que o esforço para resolvê-los valia mais a pena. Isto implicava atribuir maior valor à política eleitoral, bem como aos políticos no interior do partido. Embora isso não excluísse a ênfase dada à construção das organizações dos movimentos sociais fora do partido, os líderes do PT começaram a dar mais atenção à organização partidária, para torná-la mais eficaz. O anúncio, depois das eleições para as prefeituras, de uma grande campanha de filiação, destinada a trazer para o partido um número maior dos seus eleitores, era um sinal de que a fase da construção dos movimentos do PT poderia dar lugar a uma concentração maior de esforços na construção do partido.

Essa nova confiança foi reforçada por outros avanços eleitorais em pleitos posteriores. Apesar da vitória esmagadora do PMDB nas eleições de 1986, na esteira do Plano Cruzado então extremamente popular, a delegação do PT no Congresso cresceu de cinco (após a saída, em 1985, de

Aírton Soares, Bete Mendes e José Eudes) para dezesseis, incluindo pela primeira vez deputados do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo.⁵² Lula foi eleito para o Congresso com a maior votação: seus 651.763 votos ultrapassaram até mesmo os 590.873 do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães. Também outras figuras centrais da liderança do PT foram para o Congresso, inclusive o presidente do partido, Olívio Dutra, e alguns quadros proeminentes da sua ala sindical, como João Paulo Pires Vasconcelos, dos metalúrgicos de João Monlevade, Minas Gerais, e Paulo Paim, dos metalúrgicos de Canoas, Rio Grande do Sul. No Rio de Janeiro, a militante do movimento dos favelados, Benedita da Silva, foi eleita para o Congresso, depois de ter cumprido um mandato como vereadora na Câmara municipal da sua cidade. Ainda outros líderes populares foram eleitos para os Legislativos estaduais, onde o total dos deputados do PT subiu de doze em quatro estados para 33 em treze deles.⁵³

As eleições de 1988 para as prefeituras foram o primeiro sinal claro de que o eleitorado estava determinado a rejeitar maciçamente o *status quo*, representado agora pelo PMDB, partido que seguiu o caminho antes trilhado pela ARENA e pelo PDS. O PMDB passou a perder terreno nas áreas mais industrializadas do centro e do sul do país, inclusive nas grandes capitais, enquanto mantinha sua posição no nordeste, ao mesmo tempo em que ganhava importância no interior.⁵⁴ Praticamente nenhum governador de estado conseguiu eleger os prefeitos de sua escolha nas capitais. Nem mesmo Sarney conseguiu eleger seu candidato em São Luís, capital do seu estado natal, Maranhão, que, segundo se pode sustentar, ganhou muito do ponto de vista material durante sua presidência; São Luís ficou com o candidato do PDT.

⁵² Em 1986, os deputados eleitos pelo PT incluíam os seguintes: do Espírito Santo, Vitor Buaiz, que ficara em segundo lugar nas eleições de 1985 para prefeito de Vitória; de Minas Gerais, Paulo Delgado, João Paulo Pires Vasconcelos e Virgílio Guimarães; do Rio de Janeiro, Benedita da Silva e Wladimir Palmeira; do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra e Paulo Renato Paim; de São Paulo, Luís Inácio Lula da Silva, Plínio de Arruda Sampaio, Luiz Gushiken, Florestan Fernandes, Eduardo Jorge, José Genoíno Neto, Irma Passoni e Gumercindo Milhomem. Ver um relatório das eleições em *PT Boletim Nacional* 24, janeiro de 1987, p. 11.

⁵³ Uma lista completa dos deputados estaduais eleitos em 1986 se encontra em *PT Boletim Nacional*, 24, janeiro de 1987, p. 11.

⁵⁴ Maria Tereza Sadek afirma que o PMDB havia começado esta trajetória em 1986; ver seu trabalho "A interiorização do PMDB nas eleições de 1986 em São Paulo", em Maria Tereza Sadek, ed. *Eleições/1986* (São Paulo, IDESP/Vértice, 1989), p. 67-88.

Para o PT, as eleições de 1988 representaram um grande salto. O partido havia administrado uma prefeitura depois de 1982 e uma em 1985; depois de 1988, administraria 31 municípios,⁵⁵ entre eles as capitais de São Paulo, Espírito Santo (Vitória) e Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Também entre eles contavam-se três das quatro cidades do ABCD: São Bernardo do Campo, Santo André e Diadema. Embora sua maior vitória fosse em São Paulo, onde conquistou treze municípios, o partido também ganhou prefeituras em nove outros estados.⁵⁶ Alguns municípios menores onde o PT venceu as eleições eram áreas rurais, cujas lutas pela posse da terra nos anos 80 haviam sido particularmente virulentas. Nessas regiões, o PT trabalhou muito próximo ao movimento dos sem-terra e/ou dos sindicatos rurais. De fato, esta foi a primeira vez que as lutas rurais tiveram uma influência significativa sobre a votação do PT. Nas eleições para as Câmaras municipais, os números foram particularmente surpreendentes: estima-se que 40% dos vereadores eleitos pelo partido em 1988 eram trabalhadores rurais ou trabalhavam com a Pastoral da Terra da Igreja.⁵⁷

Os candidatos à Presidência em 1989 levaram a sério a mensagem das urnas no ano anterior e todos tentaram se apresentar como candidatos de oposição. No primeiro turno das eleições, com 22 candidatos⁵⁸ competindo por um lugar no segundo turno, esse ambiente eleitoral “oposicionista” favoreceu claramente os que eram Vistos como os mais viáveis entre os concorrentes mais afastados do governo, principalmente Fernando Collor de Melo, com 28,52%, Leonel Brizola, com 15,45% e Luís Inácio Lula da Silva, com 16,08% dos votos. Que o eleitorado tenha votado contra o *status quo* evidencia-se no desempenho eleitoral desastroso do

⁵⁵ As notícias iniciais de que o partido havia vencido em 36 municípios, que apareceram em muitas publicações e até mesmo livros surgidos pouco depois das eleições, eram enganadoras. Na verdade, o PT aparentemente venceu em 32, mas perdeu num deles quando o prefeito mudou de partido.

⁵⁶ A lista completa é a seguinte: em São Paulo, os municípios de Cardoso, Campinas, Cedral, Conchas, Cosmópolis, Diadema, Jaboticabal, Piracicaba, Presidente Bemardes, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo e São Paulo; no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Ronda Alta e Severiano de Almeida; em Santa Catarina, Campo Erê; no Paraná, Salto do Lontra e São João do Triunfo; em Minas Gerais, Amambaí, Illicinea, Ipatinga, João Monlevade e Timóteo; Angra dos Reis no Rio de Janeiro; Jaguaré e Vitória no Espírito Santo; Amélia Rodrigues e Juaquara na Bahia; Janduí no Rio Grande do Norte; e Icapuí no Ceará. Lista extraída do *PT Boletim Nacional*, outubro de 1989, p. 1.

⁵⁷ “Pesquisa diz que 40% dos vereadores petistas eleitos são ligados ao campo”, *Folha de S. Paulo*, 7 de dezembro de 1988, p. 6.

⁵⁸ Dos 22 candidatos, 14 obtiveram menos de 1% dos votos.

candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, que chegou em sétimo lugar, com apenas 4,43% dos votos.⁵⁹

Os três concorrentes à frente da disputa tinham bases muito distintas para apoiar sua pretensão de serem *outsiders* no processo de transição. A atração exercida por Brizola baseava-se em grande parte em sua história pessoal na política populista do país desde os anos 50 e 60. Seu Partido Democrático Trabalhista, PDT, mantinha sua principal base de apoio no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, respectivamente os estados de adoção e de origem de Brizola, mas tivera ganhos eleitorais também em outras partes do Brasil, depois de 1982. O PDT é ainda “o partido de Brizola” num grau muito maior que o PT é “o partido do Lula”, e seu apelo é em grande parte pessoal, mais que institucional. Contudo, o fato de o partido manter-se unido essencialmente graças a um poder personalístico não o tornou ineficaz; isto se evidenciou no notável sucesso de Brizola em transferir a esmagadora maioria dos seus votos para Lula no segundo turno.

Fernando Collor de Melo, concorrendo como candidato do minúsculo Partido da Reconstrução Nacional, PRN, saiu vitorioso tanto no primeiro quanto no segundo turno, conseguindo projetar-se ao mesmo tempo como um homem da política oficial do *establishment* e como político contrário a ela. Collor, herdeiro de uma das mais importantes famílias oligárquicas de Alagoas, entrou na política como prefeito nomeado de Maceió durante o regime militar. Foi eleito para o Congresso em 1982 pelo PDS e ganhou o governo de Alagoas sob a sigla do PMDB. Embora tivesse, por sua origem, credenciais impecáveis em termos da política oficial, Collor traçou para si mesmo o perfil de um implacável adversário da política do governo Sarney, enfatizando, na campanha muito divulgada pelos meios de comunicação que realizou enquanto governador, que acabaria com a corrupção nos cargos públicos. Com o apoio da maior rede de televisão brasileira, a Rede Globo, Collor transformou sua juventude, boa aparência e obscuridade política em trunfos de sua campanha, prometendo erradicar a corrupção e a incompetência dos mais altos escalões do governo e proclamando a falência da maioria dos partidos políticos do país.

⁵⁹ Outros no grupo com mais de 1% dos votos foram: Mário Covas, que obteve 10,78% (seu partido, o PSDB, rachou com o PMDB em 1988, afirmando que este último havia abandonado sua identidade histórica em favor do puro oportunismo); Paulo Maluf, mais uma vez candidato pelo PDS, com 8,28%; Afif Domingos, do Partido Liberal, com 4,53%; e Roberto Freire, do Partido Comunista, com 1,06%. Resultados finais do Tribunal Superior Eleitoral, em *Folha de S. Paulo*, 22 de novembro de 1989, p. B-8.

O apelo de Collor baseava-se em uma imagem, mais que em um programa de governo; mesmo depois de eleito presidente, em dezembro de 1989, muitos comentaristas políticos, dentro e fora do Brasil, continuavam referindo-se a ele como uma caixa-preta. Contudo, antes dele, Jânio Quadros havia demonstrado, tanto em sua ascensão a uma posição de proeminência nacional nos anos 50, quanto em sua vitória para a prefeitura de São Paulo em 1985, que esse tipo de apelo direto e populista, anti-institucional e anticorrupção, tem uma particular eficácia entre os segmentos mais pobres e menos escolarizados da população.

A campanha presidencial de Lula foi apoiada por uma coligação de partidos que incluía o PT, o PC do B e o Partido Socialista Brasileiro, PSB, formando a Frente Brasil Popular.⁶⁰ Embora Lula continuasse propondo uma transformação socialista da sociedade brasileira, também reconhecia que o socialismo não podia ser implantado por decreto. Assim, a campanha salientava a necessidade da reconciliação nacional e da formação de um governo nacional e popular. Seu discurso de campanha, a propaganda do partido pela televisão e mesmo a música de campanha do PT, muito popular e capaz de “pegar” com facilidade,⁶¹ tudo, enfim, parecia feito para atingir um eleitorado amplo.

O problema para o segundo turno consistia em transformar os 16% do primeiro turno numa maioria absoluta. Isto significava ganhar o apoio de outros partidos de centro-esquerda e convencer o eleitorado brasileiro de que Lula poderia vencer a eleição e que, se isso acontecesse, poderia montar um governo viável. Enquanto o PDT de Brizola rapidamente declarou seu apoio a Lula (e na votação final Brizola conseguiu, com muito sucesso, transferir em massa os seus votos para o candidato do PT), as negociações com o Partido Social Democrático Brasileiro, o PSDB, mostraram-se mais difíceis. O PSDB, cujo candidato Mário Covas ficou em

⁶⁰ O Partido Verde (PV) de início fez parte da coalizão, mas separou-se depois de uma luta acerca da indicação para a vice-presidência na chapa do PT. O apoio inicial (porém de maneira nenhuma unânime) do PT à indicação do líder “verde” Fernando Gabeira encontrou uma oposição implacável de outros partidos da coalizão (e também de importantes segmentos do PT), em virtude do apoio de Gabeira à legalização da maconha e de sua declarada bissexualidade.

⁶¹ O jingle da campanha era “Sem medo de ser feliz”. Nisso lembrava o jingle do plebiscito de 1988 no Chile, com seu refrão “a alegria está a caminho”; isso pode ser mais que uma coincidência, uma vez que Francisco Weffort me informou, em dezembro de 1989, que os organizadores da campanha petista consideravam a campanha chilena como um dos exemplos bem-sucedidos a serem seguidos.

quarto lugar no primeiro turno, com cerca de 11% da votação, havia se separado do PMDB, em 1988, ao final da Assembleia Constituinte, acusando o partido de ter abandonado sua identidade histórica. Em nível nacional, o PSDB acabou finalmente por apoiar Lula, mas desde o começo ficou claro que o partido achava-se dividido nessa questão, assim como seu eleitorado. A pouco mais de uma semana da eleição, ainda não se sabia ao certo se Covas compareceria ou não aos comícios da campanha, aparecendo ao lado de Lula no palanque. O primeiro dos dois debates da campanha transmitidos pela televisão, em 3 de dezembro, quando Collor tinha dez pontos percentuais à frente de Lula nas pesquisas, foi uma decepção, e a maioria dos comentaristas concordou em afirmar que não tinha trazido nada de novo para a campanha.⁶² Entretanto, a vantagem de Collor continuaria diminuindo nas semanas seguintes. O segundo debate, realizado poucos dias antes da eleição, veio depois de uma intensa, explosiva e negativa campanha de propaganda por parte da assessoria de Collor.⁶³ O efeito dessa estratégia sobre o desempenho de Lula nessa ocasião foi dramático; a vitória de Collor no segundo debate provavelmente ajudou a consolidar sua vantagem quase imediatamente antes da própria eleição.

Os resultados das eleições presidenciais de 1989, em que Collor recebeu 42,75% dos votos válidos contra os 37,86% de Lula,⁶⁴ trouxeram uma dupla mensagem. Revelando o que vários comentaristas após as apurações chamaram de confronto entre o Brasil organizado e o Brasil desorganizado, as eleições demonstraram que o Brasil organizado não é suficientemente forte para vencer uma disputa nacional, enquanto as imagens projetadas pelos meios de comunicação de massa — “o espetáculo da política” — têm mais peso que as considerações programáticas e institucionais. A mensagem mais surpreendente — e que grande parte da esquerda, inclusive o PT, custou a reconhecer, em meio à decepção — era

⁶² Ver “Collor e Lula mostram seus programas e fazem um debate bem comportado na TV”, *Folha de S. Paulo*, 4 de dezembro de 1989, p. B-1 e seguintes.

⁶³ Além de uma série de virulentos ataques às prefeituras do PT, que continham muitas acusações de uma falsidade evidente (por exemplo, que as tarifas de ônibus em São Paulo eram mais altas que em qualquer outra capital estadual), Collor armou um ataque pessoal a Lula, pagando a Miriam Cordeiro, uma mulher com quem Lula tivera uma filha quinze anos antes, para atacá-lo na propaganda de Collor na televisão. Os fatos relativos ao caso haviam sido amplamente discutidos na mídia um ano antes, e a opinião geral era de que Lula tivera um comportamento responsável (assumindo a paternidade e provendo o sustento de sua filha). Mesmo assim, a propaganda teve um tremendo impacto emocional sobre Lula.

⁶⁴ Dados de *Latin American Regional Reports Brazil*, 15 de fevereiro de 1990.

que o Brasil “organizado” era **quase** forte o suficiente para vencer. Num sistema político altamente elitista, onde a política era considerada domínio exclusivo dos letrados e bem-nascidos, um metalúrgico com um diploma supletivo de ginásio, líder de um partido dedicado a organizar os trabalhadores e os pobres, tinha ficado apenas a um passo da conquista da presidência. O Brasil que Fernando Collor de Melo iria presidir a partir de 15 de março de 1990 não era o mesmo que havia começado a sua transição para a democracia há quinze anos. O PT era um reflexo dessa mudança, tendo simultaneamente contribuído para produzi-la.

Tanto nas eleições para as prefeituras em 1988 quanto para a Presidência em 1989, os candidatos do PT beneficiaram-se de um voto de protesto maciço. Sua capacidade de desempenhar esse papel deveu-se tanto à evolução do contexto político onde se deu a competição eleitoral, quanto ao crescimento do próprio partido. Talvez ironicamente, à medida que o PMDB se despia cada vez mais do manto de “oposição”, na segunda metade dos anos 90, o PT estava em condição de beneficiar-se da própria dinâmica que havia ajudado a marginalizá-lo em 1982. No final de 1988, uma pesquisa nacional de opinião pública sobre preferências partidárias mostrava que, depois do PMDB, o PT era o partido brasileiro com maior identificação por parte dos eleitores. A competição nessas últimas eleições com certeza não pode ser qualificada de plebiscitária, já que, claramente, não estamos mais lidando com alternativas bipolares, e o PT teve de competir pela bandeira da oposição. O PSDB era um e o PDT de Brizola outro dos que com ele competiam nessa disputa. Todavia, em 1985, 1988 e 1989, a votação inesperadamente maior do PT parece ter envolvido um componente considerável de sentimento anti-*status quo*.

Tabela 6.4 – Preferências partidárias nas capitais dos estados
Novembro de 1988

Partido	SP	RJ	BH	PA	CUR.	SAL.	REC.	FORT.	GOI	BELÉM
PT	15	8	22	19	7	5	5	7	14	8
PMDB	12	5	10	9	16	41	14	19	29	14
PDT	1	26	1	16	13	1	2	4	*	1
PDS	8	1	1	3	2	1	1	2	5	12
PFL	1	1	2	1	2	2	14	4	1	4
PSDB	3	1	8	1	*	*		*	*	*
PTB	2	1	1	1	2	1		1	*	11
Outros	2	5	4	4	2	4	1	2	4	5
Nenhum	56	52	51	46	56	45	63	61	47	45
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
N:	1.984	1.088	786	777	1.498	797	800	791	799	798

* Menos de 1%

As abreviaturas das capitais correspondem a São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Goiânia.

Fonte: Pesquisa da Data Folha publicada na *Folha de S. Paulo*, 13 de novembro de 1988. p. A-6.

As eleições legislativas, por outro lado, refletiram um crescimento mais constante, mais amplo e diversificado do apoio ao partido. Uma comparação entre os resultados do PT em eleições legislativas estaduais e federais em 1982, 1986 e 1990 (tabelas 6.5 e 6.6) demonstra que boa parte desse crescimento constante derivou da difusão do apelo eleitoral da proposta do partido a partir de sua base inicial em São Paulo para outras partes do Brasil. Além de mais que duplicar suas delegações na Câmara dos Deputados a cada eleição sucessiva, em 1990 o PT também elegeu seu primeiro senador, Eduardo Suplicy, de São Paulo. A influência crescente do partido (e da CUT) nas áreas rurais refletiu-se tanto na votação quanto na nítida elevação do número de candidatos rurais eleitos pelo PT.

A partir das eleições de 1986, o partido também começou a mudar sua posição com relação às alianças eleitorais. Isto se refletiu na sua coalizão extremamente bem-sucedida (embora não vitoriosa) com o incipiente Partido Verde no Rio, em torno da candidatura de Fernando Gabeira ao governo do estado. Esta prática estendeu-se em 1988 às eleições para os executivos municipais, tendo o partido, em 1990, concorrido em coligações em onze estados. Embora seus parceiros mais comuns nas

coalizões fossem os pequenos partidos comunistas e socialistas, em alguns estados o PSDB e o PDT também foram incluídos.

Tabela 6.5 – Deputados federais do PT

Estado	1982	1986	1990
Acre	—	—	—
Alagoas	—	—	—
Amapá	—	—	—
Amazonas	—	—	1
Bahia	—	—	1
Ceará	—	—	2
Distrito Federal	N.D.*	N.D.	—
Espírito Santo	—	1	2
Goiás	—	—	—
Maranhão	—	—	—
Mato Grosso	—	—	—
Mato Grosso do Sul	—	—	—
Minas Gerais	1	3	6
Pará	—	—	2
Paraíba	—	—	—
Paraná	—	—	3
Pernambuco	—	—	—
Piauí	—	—	—
Rio de Janeiro	1	2	3
Rio Grande do Norte	—	—	—
Rio Grande do Sul	—	2	4
Rondônia	—	—	—
Roraima	—	—	—
Santa Catarina	—	—	1
São Paulo	6	8	10
Sergipe	—	—	—
Tocantins	N.D.	N.D.	—
Total	8	16	35

N.D. — Não disponível

Fonte: Os dados de 1982 e 1986 provêm das listas do Congresso; os de 1990, da *Folha de S. Paulo*, de 29 de outubro de 1990, caderno especial sobre resultados eleitorais, p. 2.

Tabela 6.6 – Deputados estaduais do PT

Estado	1982	1986	1990
Acre	1	—	3*
Alagoas	—	—	N.D.**
Amapá	—	—	1
Amazonas	—	—	1
Bahia	—	1	3
Ceará	—	2	3*
Distrito Federal	N.D.	N.D.	5
Espírito Santo	—	3	3
Goiás	—	2	3
Maranhão	—	—	2
Mato Grosso	—	—	3*
Mato Grosso do Sul	—	—	1*
Minas Gerais	1	5	10*
Pará	—	2	9*
Paraíba	—	—	2*
Paraná	—	1	3
Pernambuco	—	—	2
Piauí	—	—	1*
Rio de Janeiro	1	4	6*
Rio Grande do Norte	—	—	1
Rio Grande do Sul	—	4	5
Rondônia	—	2	2
Roraima	—	—	—
Santa Catarina	—	1	6*
São Paulo	9	10	16*
Sergipe	—	2	2
Tocantins	N.D.	N.D.	—
Total	12	33	93*

* Em coalizão com outros partidos. Os dados disponíveis até o momento não separam os candidatos do PT de seus colegas de coalizão.

** Os resultados de Alagoas atrasaram-se por motivo de fraude; foram convocadas novas eleições.

Fonte: Os dados de 1982 e 1986 provêm das listas do Congresso; os de 1990, da *Folha de S. Paulo*, de 29 de outubro de 1990, caderno especial sobre resultados eleitorais, p. 4.

Uma comparação da evolução da votação do PT no estado de São Paulo de 1982 a 1986 mostra um padrão de crescimento constante, combinado com uma maior dispersão. No interior do estado, enquanto em 1982 o partido ganhou 80,25% dos seus votos em cidades com mais de cem mil habitantes, em 1986 esses números haviam caído para 69,42%; ao

mesmo tempo, o total de votos do PT cresceu 44% nessas cidades. (Esses 33 municípios representavam 48% da votação total no interior do estado em 1986.) O partido aumentou o número de municípios nos quais obteve nas urnas mais de 10% dos votos, passando de 23 em 1982 para 39 em 1986; ao mesmo tempo, os municípios onde obteve menos de 5% passaram de 510 para 439. Em 1982, 49,64% da votação total do partido em todo o estado veio da capital; em 1986, essa proporção caiu para 38,41%. A capital representou 30,28% da votação total no estado em 1982 e 33,70% em 1986. Embora o PT tenha se saído em geral um pouco menos bem na capital em 1986 que em 1982, seu melhor desempenho no interior mostrou a difusão do apelo de sua proposta. Contudo, a região do ABC continuou sendo uma área central de apoio; em 1986, o partido chegou em primeiro lugar somente em Santo André (que, de modo bastante interessante, era também o centro da força eleitoral do Partido Comunista no período 1945-47).⁶⁵

Conclusões

As eleições desempenharam um papel significativo na evolução do Partido dos Trabalhadores. Tanto as exigências da legalização quanto a atribuição generalizada de uma importância “fundacional” às eleições de 1982 focalizaram a atenção do partido nessa disputa eleitoral. Embora houvesse um desacordo substancial no interior do PT sobre a relação entre a competição eleitoral e a responsabilidade do partido, frente à sociedade, de construir um movimento político de base, ele se lançou com entusiasmo na campanha de 1982. Os resultados foram, em comparação, decepcionantes.

Apesar disso, a participação nessas eleições e as lições que o partido tirou delas tiveram uma influência fundamental na sua evolução. Confrontado com a dura prova de que a “maioria da classe trabalhadora” sobre a qual havia contado apoiar-se nas eleições estava longe de ser uma realidade política, o partido começou a mover-se simultaneamente em várias direções. Em primeiro lugar, ele recuperou, implicitamente, uma concepção do partido enquanto movimento. Embora isso tivesse uma série de efeitos negativos sobre sua capacidade de utilização eficaz dos espaços institucionais que havia conquistado, também aprofundou suas raízes nas

⁶⁵ Ver John French, “Workers and the rise of adhemarista populism in São Paulo, Brazil 1945-47”, *Hispanic American Historical Review*, 68 (1): 1-43, 1988. As porcentagens relativas a 1982 e 1986 foram calculadas a partir dos resultados das eleições, fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

organizações da sociedade e reforçou sua imagem enquanto partido da sociedade civil, substancialmente distinto dos outros. Em segundo lugar, as eleições forneceram aos líderes partidários um espelho onde se refletia uma avaliação mais adequada, não só da força real do partido, mas também da sua configuração interna. A formação de uma coalizão dominante, a Articulação, foi uma tentativa, por parte de sua liderança, de consolidar a identidade do partido, de modo a garantir sua sobrevivência. O desejo de traçar para o partido uma rota a meio caminho entre a esquerda revolucionária e os que procuravam uma definição mais solidamente ancorada no plano institucional e eleitoral levou à preservação de uma dose substancial de ambiguidade; os membros da Articulação estavam decididos a preservar a ideia do partido como movimento, mesmo enquanto promoviam dentro dele um grau maior de institucionalização formal.

Finalmente, o fracasso de um discurso eleitoral de base ciassista em 1982 produziu, a partir de 1985, uma disposição para um chamamento partidário de um eleitorado mais amplo. Embora a noção de construção de uma maioria da classe trabalhadora não desaparecesse, mudou o que isso significava. Não só seu sentido deslocou-se para uma concepção de uma classe em vias de se tornar organizada, como também ampliou-se a compreensão, pelo partido, do conceito de classe trabalhadora: de operários das fábricas a novas formas de organização, tanto no meio rural quanto entre os trabalhadores de colarinho branco. Esse deslocamento refletiu as mudanças que tinham lugar no movimento operário brasileiro, que serão discutidas no próximo capítulo. Nesse contexto mais amplo, o discurso sobre a cidadania e o acesso ao poder, que em 1982 havia sido subsumido pelo discurso de classe, ganhou vida própria.

Todos esses desdobramentos foram profundamente influenciados pela experiência do partido em 1982. Apesar disso, eles surgiram isoladamente uns dos outros mais do que como parte de uma visão estratégica teoricamente informada. Em meados de 1985, quando a própria sobrevivência do partido parecia altamente duvidosa, os dilemas que enfrentava afiguravam-se insuperáveis. Na medida em que vários líderes partidários pareciam dedicar muito mais tempo a atividades nos sindicatos ou em outros movimentos sociais que à vida interna do partido, multiplicando-se também os conflitos entre os dirigentes eleitos e a liderança partidária, muitos previam a morte iminente do PT.

Em retrospecto, pode-se especular que esta ambiguidade da sua autodefinição como movimento e como instituição política talvez tenha sido

um elemento-chave para a sobrevivência do PT durante o processo brasileiro de transição. Numa situação em que as regras do jogo eram frequentemente arbitrárias ou ambíguas, e onde a visão hegemônica da conjuntura política colocava um conjunto muito limitado de opções, uma definição puramente institucional teria tornado o partido ainda mais marginal do que já era. A legitimação externa, sobretudo através da sua relação com o movimento operário, forneceu ao partido um conjunto de recursos políticos que não derivavam do processo eleitoral. Ao mesmo tempo, até aquele mínimo de consolidação interna que teve lugar depois de 1982 foi um elemento crucial para colocar o PT numa posição que lhe permite começar a resolver alguns dos dilemas envolvidos na definição do seu papel institucional.